

Semanário
Director
António Dias Lourenço
Propriedade
Editorial «Avante!»

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 44 — Série VII — N.º 33
20 de Dezembro de 1974

Preço: 2\$50
Angola e Moçambique: 6\$00

CENTROS

Redacção/Administração - Av. Santos Dumont, 57-3.º - Tel. 769705-769744-769751-779828 • Imp. e Comp. - Soc. Nac. de Tipografia, S. A. R. L., - Rua de «O Século», 41 a 63 - Lisboa • Distribuição - Distribuidora «O SÉCULO»



OS EMIGRANTES PARTICIPAM NO PORTUGAL DEMOCRÁTICO

O «Avante!» acaba de se deslocar a diferentes centros da emigração portuguesa em França, na Bélgica, na Alemanha, onde contactou com trabalhadores portugueses. Nao o fez accidentalmente. Esse contacto, ditaram-no, por um lado, os milhares de homens e mulheres que, nessa quadra do Natal, diariamente estão a chegar ao País, alguns deles a primeira vez depois do 25 de Abril, trazendo para mais perto de nós os seus problemas, os seus anseios; por outro lado, o importante momento político que se vive: estamos em pleno recenseamento, aproximam-se as eleições, as pri-

meiras democráticas e livres depois de um jugo fascista de meio século.

Nas conversas travadas com dezenas de trabalhadores, quer em Paris, com os trabalhadores da Renault-Ballancourt, com os trabalhadores de S. Dennis, os jovens deserteiros ou com trabalhadores de Tours; quer, em Bruxelas, com trabalhadores portugueses na Associação dos Portugueses Emigrados na Bélgica; quer, na Alemanha, com os trabalhadores na Associação Portuguesa em Hamburgo — uma conclusão se impôs entre todas: a importância da unidade dos trabalhadores dentro e fora do País, como único

caminho que conduzirá finalmente, o povo português a um regime verdadeiramente democrático e à construção de um país próspero, onde os homens possam ter lugar também esses quase dois milhões de portugueses que o fascismo escorraçou da própria Pátria. Através das conversas com os trabalhadores vieram a lume os problemas que a emigração portuguesa mais vivamente sente neste momento, quer se encontre em França, na Bélgica ou na Alemanha. Na impossibilidade de trazermos hoje às nossas páginas toda a riqueza dos contactos estabelecidos nessa curta viagem, vamos apresentar alguns dos problemas da emigração tal como os vêm os próprios emigrantes com

CONT. NA PÁG. 12

A REACÇÃO NÃO IMPEDIU A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO COMÍCIO DO PCP NO FUNCHAL

Apesar de todos os boatos lançados pela reacção, a primeira sessão de esclarecimento realizado pelo nosso Partido no Funchal, registou uma enorme assistência, proporcionando um debate vivo logo após o período das intervenções.

Na Madeira, pode dizer-se que, após quase oito meses sobre o 25 de Abril, a reacção continua a manter intacta toda a sua força e a prova disso é que o saneamento continua por ser feito imediatamente assim a democratização da vida local. Por outro

lado e exceptuando algumas freguesias da cidade do Funchal o recenseamento eleitoral não possui representação partidária em toda a ilha não oferecendo portanto garantias quanto à sua seriedade, a não ser que sejam tomadas medidas urgentes.

No sábado passado, dia do comício, foi organizada uma caravana automóvel que percorreu a cidade do Funchal anuncianto a sessão o que, devido a ter sido feito pela primeira vez, provocou uma grande curiosidade entre a população. E apesar de todos

os boatos postos a circular na tentativa de afastar as pessoas da sessão, tal como a necessidade de se pagarem quantias que variavam entre os 20 e os 100 escudos para assistir, a necessidade de um convite impresso para o ingresso no Cine-Parque ou ainda que durante a sessão iriam ocorrer graves perturbações, a participação da população do Funchal manifestou-se de uma forma maciça, enchendo por completo o recinto e participando na sessão de esclarecimento, que teve a comparsa do camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português.

A apresentação da mesa foi feita por Freitas Abreu, estudante e locutor da Rádio Avante — a voz dos comunistas da Madeira. Presidida por Ivo Ferreira, membro da Comissão Concelhia do Funchal, encontravam-se presentes os seguintes camaradas: Luciano Vieira, Luís Gomes, Ângelo Alves, José de Jesus, António José, Basílio Jaime, José Patrício, Isabel Ferreira, Aula Henrique e Joaquim Tudas, que representavam, respectivamente, as células dos empregados, trabalhadores de armazém, indústria hoteliera, construção civil, eletricistas, metalúrgicos, funcionários públicos, ensino, mulheres comunistas e a uec.

Na mesa encontravam-se ainda Martins Coelho pela DORIA (Direcção da Organização Regional das Ilhas Adjacentes), Henrique Ricardo Pereira, Carlos Melon, Rui Nepomuceno, Edmundo Castro, José Arlindo, José Figueira, Laureano Sousa, Manuel Martinho, Rogério Prioste, Jo-



José Dias Coelho

HÁ TREZE ANOS A PIDE MATOU

(NA PÁG. 4)

RECENSEAR
ORGANIZAR
VENCER
(NA PÁG. 9)

ÁLVARO CUNHAL EM ALPIARÇA E ST. IRIA DE AZÓIA

A LUTA CONTRA OS MONOPÓLIOS E OS PROBLEMAS DA AGRICULTURA

Quando os trabalhadores produzem com as suas próprias mãos e por sua vontade uma obra de interesse colectivo, há sempre um misto de orgulho e de alegria íntima pelo trabalho realizado. E quando essa obra se desenraia ao seu Partido de classe, ela ganha então uma outra dimensão e um significado político tão importante quanto a validade do seu prestígio na actividade dos seus confrades.

Neste caso a obra foi o Centro de Trabalho do PCP em Santa Iria de Azóia e os que a construiram os comunistas e uma grande parte da população da localidade.

No domingo transacto, Santa Iria de Azóia ganhou um ar de festa e o tal orgulho e alegria estavam pintados nos rostos dos que se juntaram no largo principal da terra. Bandeiras vermelhas ondeavam sobre as casas.

Abriu a sessão o camarada Sousa Carvalho, operário metalúrgico, que referiu o significado daquela sessão e chamou para a mesa o velho e dedicado camarada João Madruga de 73 anos um dos mais diligentes obreiros do novo edifício.

Sucederam-se António Santos da célula da Covarame que trouxe as saudações dos trabalhadores e comunistas da sua empresa e abordou alguns dos problemas que mais preocupam a classe operária.

A camarada Maria Helena Rodrigues, do secretariado da célula da Covina, que fez um apelo à frequência do novo Centro de Trabalho. Disse a certa altura, atacando os que procuram dividir os trabalhadores: «Alguns tentam com demagogias de pitifulistas sindicais a divisão, quando querem mais que uma central sindical; alguns tentam pôr os trabalhadores menos esclarecidos a lutar contra os seus sindicatos.»

A camarada Vitoria Martins, da Ormis, que num vibrante discurso disse, entre outras coisas: «Na nossa fábrica, na Ormis, já conseguimos algumas melhorias. Conseguimos melhores salários, um mês de férias e o respectivo subsídio, outros subsídios para que as mães operárias possam deixar os filhos nas creches.» Alertou para o perigo de «abrandarmos a nossa luta, que nos poderia fazer voltar aos dias negros da opressão e do terror, aos dias do fascismo.»

Francisco Marques da Comissão de Freguesia do PCP,

disse a certa altura: «O povo de Santa Iria sabe hoje distinguir o nosso Partido daqueles grupos que só agora aparecem dizendo-se defensores da classe operária. Esses grupos são empurrados por aqueles que nunca estiveram nem estão interessados no Processo Democrático do País.»

Também o director do

«Avante!» abordou alguns problemas da situação política actual, seguindo-se a camarada Laura Vieira do secretariado da célula do MEC, que disse a certa altura: «É indispensável a participação de todos na luta onde quer que nos encontremos: no lar, nas fábricas, nos campos, nos escritórios, etc.»

CONT. NA PÁG. 4



Os camaradas Hermann Axen e Álvaro Cunhal

DELEGAÇÃO DA RDA VISITA PORTUGAL

A convite do Partido Comunista Português chegou, no dia 18 ao nosso País uma delegação do Partido Socialista Unificado da Alemanha, vinda da RDA, chefiada por Hermann Axen, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central e presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros da Câmara Popular.

Da delegação fazem também parte Joachim Herrmann, membro suplente da Comissão Política e director do «Neues Deutschland» — órgão central do Partido —; Egon Wilkemann, do departamento internacional do Comité Central; Manfred Uschner, do Comité Central; Ernst-Otto Schwabé, director da revista «Horizonte», e Walter Bruner, colaborador do Comité Central.

A chegada ao Aeroporto da Portela os camaradas do PSUA foram recebidos por uma delega-

CONT. NA PÁG. 4

COMÍCIO DA UEC

Trazer para fora das escolas os graves problemas que afectam o ensino e que dizem respeito não só aos estudantes mas a todo o povo foi o principal objectivo do comício da UEC, realizado no passado dia 12, no Pavilhão dos Desportos, que contou com a participação do secretário-geral do nosso Partido, camarada Álvaro Cunhal.

Milhares de pessoas, estudantes e trabalhadores, expressaram entusiasmo, ao longo da noite, o seu apoio e confiança na UEC, vanguarda revolucionária da juventude estudantil.

Numerosos carrazes, de pano, por toda a sala, assinalavam a saudação dos operários e delegações estudantis presentes.

Na mesa, presidida por Pena dos Reis, da C. Executiva da Comissão Central da UEC e responsável por Coimbra, estiveram presentes os camaradas Zita Seabra e Joaquim Oliveira, por Lisboa; Maria da Graça Marques Pinto, por Setúbal, e Jorge Resende, pelo Porto, todos membros da C. Executiva da C. Central da UEC, Álvaro Cunhal, Alida Nogueira em representação da DORL, Carlos Brito pela

Comissão Política do PCP, Ivo Trana da FMJD, o jovem trabalhador comunista César Rocadas, António Matos da Célula da Covilhã, Manuel Gusmão da Célula dos professores comunistas e mais tarde também o camarada Jaime Serra, do C. Central do PCP.

Não sustentamos parasitas

Ao abrir o comício, Pena dos Reis leu as saudações enviadas pela Célula dos trabalhadores comunistas da Siderurgia Nacional, UEC de Leiria, Mirandela, Marinhas, Caldas da Rainha, base de Entre Campos-Listro e Juventude Universitária Católica, que na impossibilidade de estarem presentes não quiseram deixar de saudar todos os camaradas participantes no comício e apoiar as decisões tomadas a bem dos estudantes.

Usando da palavra em primeiro lugar, Zita Seabra começou por saudar os estudantes, a classe operária, os trabalhadores e a juventude, que perante a gravidade dos problemas do ensino acorrem ao Pavilhão dos Desportos a este comício. Ao analisar a grave situação em

CONT. NA PÁG. 5

Avante!

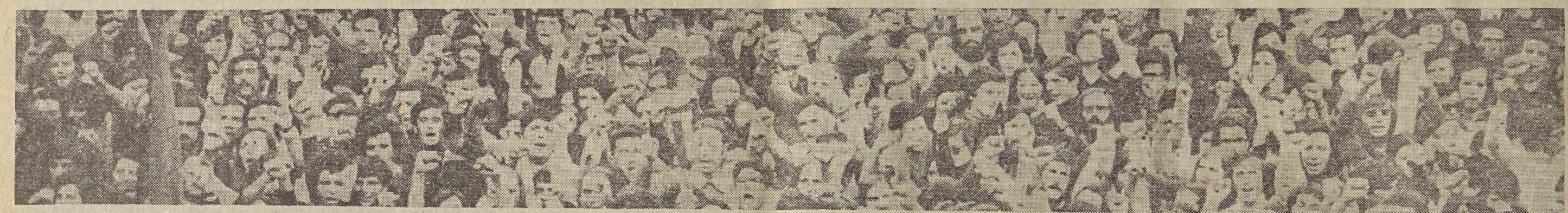
PAGINA 2

A luta contra os monopólios imperativo dum ordem democrática

Unidade e Socialismo

Vitória de uma política justa

A luta contra os monopólios imperativo dumha ordem democrática



A longo dos cinquenta e três anos de vida, o Partido Comunista Português tornou-se o sólido bastião ideológico e orgânico da classe operária. A firmeza dos seus princípios, a coerência da sua ação permitiram-lhe resistir vitoriosamente à repressão fascista, fazem dele hoje uma pedra-base da edificação de um Portugal livre e democrático.

Os comunistas portugueses jamais transigiram face aos inimigos da classe operária, face a todas as manifestações políticas que conduzissem ao desarmamento ideológico e organizativo dos trabalhadores portugueses, que conduzissem ao hipotecar da luta do nosso povo por um futuro livre e feliz.

O artigo 3.º dos estatutos do Partido Comunista Português, aprovados no VII Congresso, afirma que o PCP «tem como objectivos supremos a construção em Portugal do socialismo e do comunismo, que acabarão, para sempre, com a exploração do homem pelo homem e proporcionarão ao povo português a paz, a abundância, a liberdade, a cultura, a igualdade e a felicidade». O artigo 2.º dos mesmos estatutos declara que o PCP «baseia a sua actividade na doutrina do marxismo-leninismo». Estas afirmações são repetidas no programa do Partido aprovado no mesmo Congresso.

Muito se fala hoje de socialismo. Em vários matizes, em vários tons, com várias morduras. A ninguém surpreenderá que os comunistas não concordem com a grande maioria dos edifícios teóricos que se pretendem apresentar como socialistas, que não concordem com propostas que são apresentadas ao povo como formas de atingir uma sociedade socialista. Contudo, no seu programa, na sua ação, na sua luta, os comunistas não fazem de tais discordâncias cavalos de batalha, ignoram vozeiros irresponsáveis e até outros que não são tão irresponsáveis como isso.

E a explicação para tal facto é simples.

Ao encabeçarem a luta da classe operária e de todas as camadas progressistas do povo português pelo socialismo, os comunistas sabem que o socialismo é uma aspiração dos explorados e o fim dos exploradores. Sabem que a edificação do socialismo será feita pelos trabalhadores contra os interesses de quem hoje os explora. Sabem que os principais inimigos do socialismo são os exploradores. Sabem ainda que é na luta pelo socialismo que os trabalhadores verificarão qual a forma de o atingirem e construirão.

Seria negar a realidade afirmar que não existem diferentes círculos acerca da construção do socialismo. Mas é necessário estar atento ao facto de que tais diferenças decorrem de duas raízes: uns são sérias e honestas discordâncias, frutos de análises divergentes, mas outras são manobras de divergência que como tal devem ser encaradas. Com as primeiras o debate é possível, com as segundas o combate é inevitável.

Estas manobras de diversão constituem, porém, exércitos de segunda linha da reacção e do capital. A sua existência depende da existência das reais bases de força do capital: os meios de produção — as fábricas, a terra, o capital financeiro — e a influência ou o controlo no aparelho do Estado. Estas sim, as reais armas que é preciso defrontar. Participar no vozeirar teorizante é distrair do inimigo principal. Quando se luta com alguém armado não interessa muito discutir o que esse alguém diz ou manda alguém dizer por ele: é sim preciso estar atento à arma. Destruida esta, o palavrão tende a desaparecer...

Isso se passa hoje em Portugal. O caminho para o socialismo defronta hoje um principal inimigo — e esse inimigo ainda tem força. A reacção, o grande capital monopolista ainda está, ainda tem força. A esse inimigo, a esse real inimigo estão atentos os comunistas, contra ele alertam as massas, contra ele conduzem a luta das massas.

E é da existência desse inimigo que decorre a necessidade de unidade intransigentemente defendida e praticada pelo PCP. É do reconhecimento da pluralidade social e ideológica de quantos se opõem à reacção, ao poder dos monopólios, a tudo o que constitui o fascismo que opriu e explorou o povo português que decorre a necessidade apontada pelos comunistas de uma larga unidade das forças democráticas.

E, no fundo, que é necessário para esta unidade? Apenas o reconhecimento desta verdade que todo o povo português constata: que o inimigo principal da liberdade e do progresso, de um Portugal livre, de um caminho para o socialismo, reside à direita, reside na reacção e nas forças ainda existentes que apoiaram o fascismo.

Do reconhecimento deste facto decorre uma prática elementar: a de valorizar o que nos une, a de ter em conta que é necessário avançar decididamente na luta comum contra um inimigo a todos nos põe em causa.

Não se fazer, perturbar esta luta unida em nome de divergências a longo prazo, de divergências relativamente a etapas, à qualquer en quanto, é pura e simplesmente preciso chegar, revela esta coisa simples: que, para os que o fazem, é mais importante um programa próprio, uma ideia própria, do que lutar vitoriosamente contra o inimigo comum. Em Portugal, hoje, há forças antifascistas e os comunistas são sem dúvida a mais consequente: afastar-se deles não é certamente a melhor maneira de defender a democracia. Cavar divisões nas forças antifascistas significa prejudicar a sua ação.

Oras, é exactamente por isto que, no momento presente, os comunistas não entram em polémicas sobre futuros acertos dos quais

têm certezas e projectos, mas que entendem ser, antes de mais nada, preciso assegurar, correspondendo às necessidades concretas de consolidação e desenvolvimento do processo democrático. Do debate para esse assegurar muita clarificação resultará e muito debate se poupará.

Assim sendo, como se justifica que organizações políticas responíveis se percam em arraçoados teóricos e explanações programáticas sobre o socialismo que dizem defender e se caracterizam fundamentalmente por diferirem de que, laboriosa e pouco exactamente, explicam ser o proposto pelo PCP? Como se explica que, para erguerem os edifícios programáticos dos seus partidos, alinhem com o mais vago e reaccionário anticomunismo?

Será que tais edifícios são edificados com pedras cuja única característica é serem talhadas de forma diferente das que os comunistas ergueram já? Ou será que se pretende receber a nata horrosa herança de todas as calúnias, de todas as mistificações que o fascismo lançou, para sobreviver, sobre os comunistas? E a questão é que, mesmo que essa intenção não seja clara, a herança virá! Ao que nós diremos: pobres dos democratas que não limpem os seus edifícios teóricos dos resíduos de propagandas reaccionárias.

Há que sermos claros. Há que afirmarmos se queremos ou não construir um Portugal livre. Há que afirmarmos se entendemos ou não que, para tanto, é necessário bater definitivamente a reacção e o poder dos monopólios. Há que afirmarmos se aceitamos que, para o conseguir, é indispensável a unidade de todas as forças democráticas.

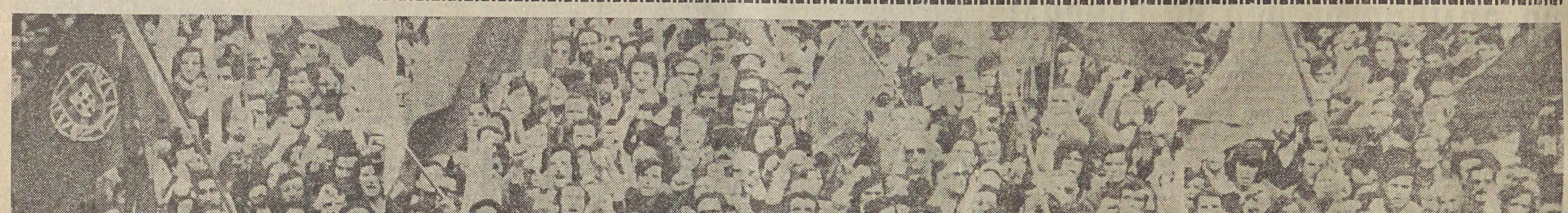
Há que se afirmar isto, como os comunistas fazem, então não é possível defender programas políticos cujo eixo é o anticomunismo. Então não é possível atacar estruturas políticas como o MDP, que servem a luta antifascista e que muito mais servirão se forem apoiadas e fortalecidas. Então não é possível afirmar que se defende a unidade sindical, mas não se quer vê-la consagrada na lei!

E se os problemas que se colocam à jovem democracia portuguesa criam grandes responsabilidades às forças democráticas, há que não esquecer um facto: a unidade existe.

É uma vitória histórica do nosso povo, é a ferramenta essencial da construção de um Portugal para os portugueses.

Finalmente, intransigentemente, os comunistas portugueses defendem a unidade, estendem fraternalmente a mão a quantos querem edificar um país livre e próspero. Firmemente, intransigentemente, os comunistas defendem e cumprem os princípios que proclamam. O PCP afirma no seu programa: «A política de unidade do Partido Comunista Português com outras forças progressistas é para hoje e para o futuro.»

Unidade e Socialismo



O malogro da tentativa de greve nas escolas foi uma vitória do movimento estudantil. Os universitários de Lisboa prestaram esta semana um grande serviço aos trabalhadores portugueses, ao povo, ao avanço do processo democrático. Reagindo com serenidade e firmeza, derrotaram uma manobra reaccionária, responderam com um comportamento revolucionário a uma provocação cujo carácter contra-revolucionário era patente desde o início.

A agitação gratuita na Universidade, a agitação como fogo, tem um significado provocatório. E os estudantes perceberam essa evidência. Um grupelho que, por palavras e actos, vem agindo como instrumento e ponta-de-lança das forças que tentam impedir o aprofundamento das conquistas democráticas do povo português pretendia paralisar a Universidade e os liceus. Esses aventureiros mobilizaram-se para tal fim. Convocaram um plenário sem qualquer representatividade para dar uma falsa cobertura democrática a um plano previamente concebido. Julgavam que podiam parar uma Universidade de mais de 40 000 alunos com uma arrogante decisão tomada numa sala onde havia menos de 500. Julgavam que uma gritaria histérica teria força bastante para impor a palavra de ordem da «greve geral nacional». Escolheram bem o momento. As aulas estavam no fim. Faltavam apenas cinco dias úteis para as férias. Mas a esperada vitória fácil converteu-se numa derrota que os desmascarou.

Os estudantes de Lisboa disseram NÃO à greve contra-revolucionária. Compreenderam logo que a tentativa de paralisação das escolas era dirigida contra o Governo Provisório, contra o MFA, contra as forças democráticas na sua totalidade. Repudiaram a manobra em grandes assembleias, criticaram os seus autores, e compareceram às aulas, arrancaram-lhes a máscara.

É verdade que a Universidade não corresponde em Portugal às necessidades do momento histórico. Faltam instalações, faltam professores, o saneamento foi superficial, as insuficiências do ensino são gritantes. Mas os provocadores não estão interessados na reforma de estruturas obsoletas. Invocaram um ou dois pretextos, como poderiam ter invocado dez diferentes. A agitação permanente é a sua meta. Tudo lhes serve na ânsia de forçarem as massas estudantis a assumir um comportamento antipopular, contra-revolucionário.

Há no País dezenas de milhares de jovens que querem estudar

e não podem fazê-lo pelas duras condições de existência decorrentes da estrutura de uma sociedade de classes modelada por meio século de fascismo. Mas não é a situação desses jovens, nem o anarcismo da Universidade que preocupa a minoria de provocadores, cujo comportamento lembra o dos energuménos do Partido Nacional e do PDC na Universidade do Chile. Não querem trabalhar, nem estudar. Só estão interessados na desorganização, na arruaria, na chantagem, só pensam em implantar o caos na Universidade, em convertê-la em palco de batalhas campais e lutas fratricidas. Revolução, para essa escória humana e política, é agredir colegas, sequestrar e torturar jovens trabalhadores, insultar os docentes, calar a força dos que discordam, desafiar as Forças Armadas, o MFA.

O MEC tem razão ao salientar que uma escola onde não se estuda é uma escola onde não se serve o povo. A Universidade precisa de ser reformada de alto a baixo. Mas o caminho para a Universidade do futuro não passa pelo encerramento da Universidade errada do presente. Portugal é um País pobre, atrasado, onde a instrução é ainda privilégio de uma minoria. Importa melhorá-la, democratizá-la, mas não acabar com ela para voltarmos a uma cultura da Idade da Pedra. As escolas custam milhões ao povo português, são pagas com o suor dos trabalhadores. Permitir que uma insignificante minoria de maus estudantes, filhos de famílias da alta e da média burguesia, transformassem a Universidade em cenário de fites de «cow-boys» seria uma traição à democracia, uma traição ao povo trabalhador, uma capitulação diante da violência e das manobras da reacção.

Os estudantes de Lisboa agiram correctamente. A intimidação, a prepotência, à sabotagem, responderam com um NÃO categórico. Isolaram e neutralizaram os provocadores. Para nós, comunistas, é reconfortante constatar que a UEC desempenhou um importante papel na derrota e no desmascaramento do grupo irresponsável que procura impedir o funcionamento da Universidade. A justiça das suas posições foi confirmada pelos factos. Os estudantes comunistas defendem e praticam a unidade de ação de todos as forças democráticas que nas escolas se batem pelo avanço do processo revolucionário, pelo reforço da aliança entre as massas estudantis, o povo trabalhador e o MFA. Por isso mesmo, opõem-se a todas as provocações reaccionárias, por isso mesmo não aceitam o boicote

aos processos democráticos de discussão e decisão nas escolas. O grandioso combate do dia 12, demonstrou claramente que a UEC permaneceu firme na defesa da sua linha política, voltada para a unidade, para a luta contra a reacção, contra todas as provocações e formas de oportunismo. Entre os seus objectivos fundamentais figuram «democratizar a instrução e a cultura, tornando-as acessíveis às massas trabalhadoras, modificar o conteúdo, os métodos e os objectivos do nosso ensino, ligando-os à vida, às realidades do nosso povo, interligando a teoria com a prática; ter escolas científicamente actualizadas e em número suficiente, de molde a permitir a formação de técnicos competentes que a construção da democracia exige».

Para a conquista de tais objectivos, que merecem a adesão da esmagadora maioria das massas estudantis e trabalhadoras, não se desviará a UEC do caminho traçado, não fará querer concessões. Os estudantes comunistas estão com a classe operária, com todos os trabalhadores, com o MFA, na batalha pela democracia. E a Universidade é um sector chave nessa batalha. Os estudantes comunistas combatem e continuarão a combater, como vanguarda juvenil, todas as manobras da reacção. Não lhe darão quartel. Sabeão encontrar os métodos mais adequados para neutralizar e esmagar a ofensiva contra-revolucionária nas escolas, mesmo quando ela, como agora, se disfarça sob o manto de provocações esquerdistas. A UEC cerra fileiras, na primeira linha de combate do movimento estudantil pela democracia e pelo progresso.

Em Portugal, hoje, tentar paralisar as escolas é uma atitude profundamente contra-revolucionária, uma atitude que favorece a reacção. Lutar para que as escolas funcionem, lutar com tenacidade e lucidez pela sua reforma é servir o povo e o País, é uma prova de consciência revolucionária.

Nem sempre esse comportamento será fácil. Mas uma opção autenticamente revolucionária envolve muitos sacrifícios, é uma escolha incompatível com recompensas imediatas e com uma vida tranquila e cómoda. Como recordou há dias o camarada Álvaro Cunhal, uma política justa nem sempre conduz ao sucesso imediato. «Mas uma política justa acaba sempre por ser confirmada pela vida, acaba por ser compreendida pelas massas e acaba por ser premiada com o sucesso.» Temos uma certeza: a História confirmará a correcção da linha da UEC, a política justa do Partido Comunista Português.



VII CONGRESSO (EXTRAORDINÁRIO) DO PCP

O VII Congresso (Extraordinário) do Partido Comunista Português, realizado no dia 20 de Outubro, foi um acontecimento da maior importância na vida do Partido e do Povo Português.

Mais de meia centena de oradores, delegados de cílias de base e dirigentes de organizações de massas e de organismos superiores do Partido, subiram à tribuna, Porta-vozes de operários industriais, de assalariados agrícolas, de camponeses, da juventude trabalhadora e estudantil, das mulheres, de intelectuais, vindos das principais regiões do País, intervieram bem nas suas intervenções que as classes trabalhadoras e largas camadas da população portuguesa apoiam e confrânciam plenamente no Partido.

O VII Congresso (Extraordinário) do Partido Comunista Português foi a expressão da unidade indestruível das fileiras do Partido, da sua fidelidade aos princípios do marxismo-leninismo, da confiança dos comunistas nos seus dirigentes provados. Foi uma bela demonstração de ardor patriótico dos comunistas, que não separam a defesa dos interesses vitais dos trabalhadores dos verdadeiros interesses nacionais, tal como o Programa e a Proclamação aprovados no Congresso tão bem evidenciam.

REVISTA INTERNACIONAL (N.º 3)

«A definição do partido como vanguarda da classe operária exprime a sua essência mais profunda. Quais são as qualidades, quais os factos que dão ao Partido o direito de se intitular vanguarda?»

O papel dirigente do Partido Comunista deve-se, antes do mais, ao facto de se situar acima de todas as outras organizações do proletariado pela compreensão das tarefas e objectivos da luta revolucionária, de os comunistasarem em relação ao resto do proletariado «a vantagem de uma clara compreensão das condições, da marcha e dos fins gerais do movimento proletário» (Lenine). Uma boa preparação teórica e a assimilação da experiência das revoluções vitoriosas permitem aos partidos comunistas dos países capitalistas a elaboração de uma política correcta e estabelecimento de planos de acção realmente científicos, a rentrir a qualquer ilusão, antes mesmo que a prática tenha demonstrado a sua inconsistência, e a preparação com toda a confiança da classe operária para a conquista do Poder.

Guia político da classe operária, o Partido distingue-se pela sua aptidão para compreender correctamente os interesses daquela e para agir de acordo com eles, vela intransigência face ao oportunismo, pela sua fidelidade aos ideais da revolução.»

ATÉ AMANHÃ, CAMARADAS (romance)

O original dactilografado do romance «Até Amanhã Camaradas», foi encontrado, juntamente de outros originais, num arquivo formado, no decurso dos anos, ao sabor de incidentes e de acidentes na vida agitada daquelas mesmas, dos quais o romance dá alguns exemplos típicos.

Desconhece-se quem é o autor. O único exemplar encontrado não tem assinatura. Só, numa pequena folha apensada e agrafada, podia ler-se, em rabisco apressado, o nome Manuel Tiago, pseudónimo de certeza.

Foram consultadas pessoas que poderiam dar eventualmente indicações conduzindo a uma identificação. Sem resultado. O autor fica assim merecendo o título de «homem sem nome», tal como as personagens do seu romance.

Pedidos a Editorial «Avante!» — Av. Santos Dumont, 57.º — LISBOA e a Centros de Trabalho.



ALMADA PRESTOU HOMENAGEM A ALBERTO ARAUJO

Alberto de Araújo foi dirigente do Partido Comunista Português nos anos de 1933 a 1937, tendo sido preso pela extinta e criminosa PIDE/DGS e deportado para o campo de morte do Tarrafal, após 11 meses de incomunicabilidade, sendo aívenas condenado a prisão correccional.

No campo do Tarrafal suportou todas as violências ali praticadas, com a dignidade e a coragem que todos lhe conheciam, a que não faltou o castigo de 20 dias da terrível «frigideira».

Alberto de Araújo veio a falecer poucos anos após a saída do Tarrafal, a 19/3/1955, com 45 anos, vítima de tuberculose agravada pelos trabalhos forçados a que foi sujeito durante 8 anos. Natural de Almada, professor de Líceu, dedicou toda a sua vida à luta da classe operária contra a exploração.

Alberto de Araújo veio a falecer poucos anos após a saída do Tarrafal, a 19/3/1955, com 45 anos, vítima de tuberculose agravada pelos trabalhos forçados a que foi sujeito durante 8 anos. Natural de Almada, professor de Líceu, dedicou toda a sua vida à luta da classe operária contra a exploração.

No dia do seu 65.º aniversário (14 de Dezembro), o povo de Almada prestou, finalmente, a justa homenagem a quem sempre por ele lutava; alguns milhares de pessoas associaram-se com a sua presença a esta iniciativa de um grupo de democratas do concelho de Almada e da comissão Concelhia do PCP com a colaboração das autarquias locais, assistindo ao descerramento de um busto, pago por subscrição pública, no jardim de Alberto de Araújo, no Liceu Pedro Nunes: «Era extremamente modesto, mesmo tímido, mas

de Caparica, Costa de Caparica, Vale Fetal e Cova da Piedade. Presentes na homenagem a sr.º D. Maria de Lurdes, em representação da família, o major Leal de Almeida, representante das Forças Armadas, as autarquias locais — Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, os Centros de Trabalho de Almada e Cova da Piedade as comissões de freguesia do Monte de Caparica, Costa de Caparica e Trajaria, o Sindicato dos Professores, colegas de cativeiro no campo de concentração do Tarrafal, a professora Virgínia de Lima, que teria sido a sua companheira, as células da Lissabon, da Timex, a UEC e várias colectividades do concelho. O nosso partido fez-se ainda representar por camaradas do Comité Central — Álvaro Cunhal, George Ferreira, Pedro Soares e Francisco Miguel.

Elementos da comissão homenageada da Câmara Municipal de Almada, da comissão organizadora e das autarquias locais salientaram as capacidades e a dedicação de Alberto de Araújo, tornando extensiva a homenagem a todos os que lutaram pela liberdade das classes trabalhadoras, em Portugal, nos últimos anos de fascismo.

Foi lida, em seguida, uma carta do professor Nuno Teotónio Pereira, aluno de Alberto de Araújo, no Liceu Pedro Nunes: «Era extremamente modesto, mesmo tímido, mas

tembro e tem de continuar, custe o que custar; o povo de Almada bem sabe disso, porque já muito antes de Abril se distinguiu pela luta contra o fascismo e pela democracia. Estar aqui presente significa que o povo de Almada pode contar com as Forças Armadas, assim como eu sei que as Forças Armadas podem contar com o povo de Almada» — eis algumas das palavras proferidas pelo major Leal de Almeida.

Falou então o camarada Pedro Soares, que salientou:

«Não é uma homenagem formal, esta que hoje lhe rendemos. Pelo contrário. É uma homenagem que vem do fundo da consciência de cada um de nós, dos trabalhadores que aqui vieram, dos seus camaradas do partido, dos comunistas que erguem alto a bandeira rubra que ele só viu flutuar além fronteiras, na Espanha republicana e na França das grandes manifestações populares.»

Proseguindo no elogio da figura do homenageado, afirmou:

«Reviver a lembrança de certos mortos é criar nos vivos o interesse pelo seu exemplo, é encher de energias criadoras, de confiança e de esperança a consciência de muitos homens.»

O traço saliente que marca a personalidade de Alberto de Araújo é a sua fidelidade à classe operária, ao Partido que a tem sabido orientar na complexidade da sua luta, aos ideais do marxismo-leninismo.»

E a finalizar, o camarada Pedro Soares disse:

«E quando prestamos homenagem a Alberto de Araújo, quando evocamos o seu exemplo é para reforçarmos a nossa determinação de lutar, de organizar, de unir esforços e vontades, de marcar adiante, de conquistar novas e decisivas vitórias sobre as forças da reacção.»

A professora Virgínia de Lima, que teria sido a sua companheira se não fossem ambos presos no dia 11 de Novembro de 1934, leu uma carta escrita na esquadra do Lumar, há 40 anos, lembrando o aniversário de Alberto de Araújo; testemunho sincero de quem lutou lado a lado com o companheiro amado. «O 25 de Abril não pára, continuou com o 28 de Setembro e tem de continuar, custe o que custar; o povo de Almada bem sabe disso, porque já muito antes de Abril se distinguiu pela luta contra o fascismo e pela democracia. Estar aqui presente significa que o povo de Almada pode contar com as Forças Armadas, assim como eu sei que as Forças Armadas podem contar com o povo de Almada» — eis algumas das palavras proferidas pelo major Leal de Almeida.

Falando da abnegação dos comunistas, personificada em Alberto de Araújo, Álvaro Cunhal disse: «Uma verdade incontestável que os comunistas mostraram como ninguém que não procuraram vantagens pessoais ou de grupo e que a única razão de ser da sua política é a sua actividade é servir o povo e o País.»

Muitos morreram sem verem o objectivo da sua própria luta: a conquista da liberdade. Exemplos que são motivo de inspiração para todos os lutadores.

Depois de referir a prisão dos especuladores do BIP e da Torralta — que é um aviso e de salientar os perigos que ainda pesam sobre a jovem democracia portuguesa, denunciou os esforços e as intrigas da reacção contra o actual regime e afirmou que ela «continua particularmente a procurar a divisão das forças da democracia e do progresso social, introduzindo factores de ciúme e de conflito na classe operária através do chamado pluralismo sindical; inspirando discordâncias, conflitos e incompatibilidades entre as forças democráticas; criando situações que levem a oposições e, se possível, a uma rotura entre o movimento popular e as Forças Armadas.»

Mas os esforços da reacção serão inúteis:

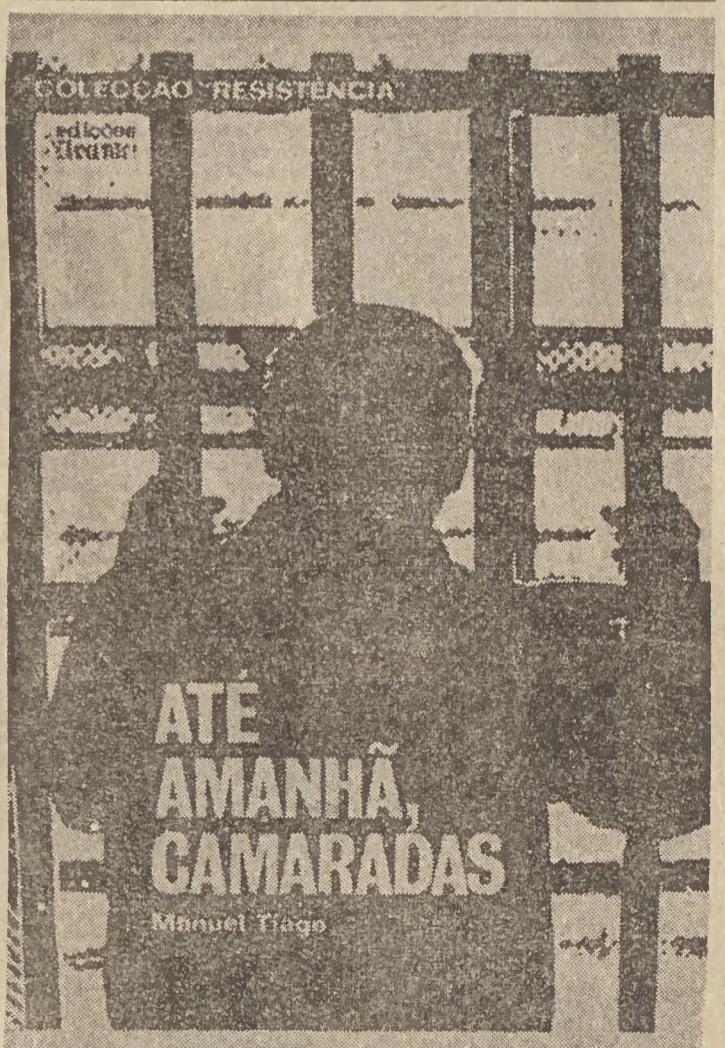
«Existem forças bastantes para assegurar o triunfo nas três batalhas sucessivas que temos diante de nós: para triunfar das dificuldades políticas e económicas nos próximos meses até às eleições; para triunfar nas eleições; para construir depois o Portugal democrático escolhido pelo próprio povo português.»

Apelando para a unidade do movimento popular e democrático e a sua aliança com o MFA, «que se deve fortalecer», para aprofundar as transformações «democráticas da sociedade portuguesa», terminou com palavras de confiança na vitória da iniciativa da democracia em Portugal.

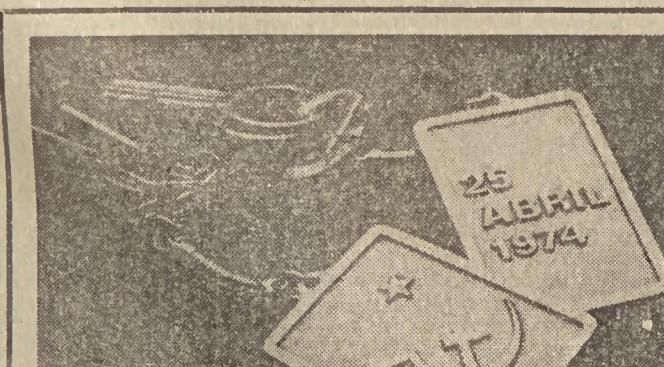
No final procedeu-se, então, ao descerramento do busto de Alberto de Araújo, segundo o camarada Pedro Soares, do Comité Central. A sessão efectuou-se na sala do cinema, que se encontrava repleta.

Entretanto, a câmara do PCP da Imprensa Nacional — Casa da Moeda — organizou uma excursão às grutas do Alvado e São António que reuniu cerca de 80 trabalhadores, e na passada sexta-feira uma sessão de esclarecimento nas instalações do anexo da Rua da Rosa que teve a presença de 130 trabalhadores. Falarão os camaradas João de Brito, José Ribeiro, Anabela e Cílias Cerqueira, que respondeu a várias perguntas.

Por sua vez, a DOROR promoveu sessões de esclarecimento em Santarém, para os trabalhadores da Federação dos Municípios do Ribatejo, em Vale de Santarém, em Vale de Figueira, Samor, Correia, Santo Estêvão (Benavente), Couço, Coruche, Lamarosa, Erra, Santana do Mato e Montinhos dos Pegas.



PEDIDOS À EDITORIAL «AVANTE!»



PEDIDOS À EDITORIAL «AVANTE!»
(AV. SANTOS DUMONT, 57.º, LISBOA)
E CENTROS DE TRABALHO DO PCP

Partido Comunista Português

SOBRE O COMBATE À SABOTAGEM ECONÓMICA E À CORRUPÇÃO

1 — O Partido Comunista Português dá o seu completo apoio ao comunicado da Presidência do Conselho, anunciando a prisão de certo número de individualidades fascistas, implicadas em graves delitos de sabotagem económica, de corrupção e especulação financeira. Secundando o apelo do Governo Provisional, o PCP exorta os seus militantes, os trabalhadores e todos os antifascistas a colaborarem com as autoridades competentes na localização e detenção dos restantes elementos fascistas visados.

2 — A revelação agora feita de traições e crimes de corrupção, em que estão envolvidas algumas destacadíssimas figuras do deposto regime fascista, comprova a justez da definição apresentada pelo PCP acerca da carácter antifascista do regime monopolista derrubado em 25 de Abril. Ela confirma também a existência da sabotagem económica, a sua extensão e origem, que repetidamente denunciou.

O PCP lutará decididamente para que estes objectivos sejam alcançados.

13 de Dezembro de 1974

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

SOBRE A SITUAÇÃO NA ILHA DA MADEIRA

A Comissão Política tomou conhecimento e apreciou a situação existente na ilha da Madeira, constatando:

1 — O saneamento está praticamente por realizar em toda a ilha. Os fascistas (apoiadados por uma boa parte do clero e da informação reaccionária) continuaram a dominar a administração em diversas zonas da Madeira.

A reacção consegue criar ambiente de intimidação que torna difícil, ou mesmo impossível, a realização de comícios ou sessões de esclarecimento. Em toda a ilha, e especialmente em algumas zonas, ser-se comunitário ou fazer propaganda do PCP é pôr em risco a integridade física dos militantes.

A frente da maioria dos sindicatos continuam a estar direcções que a ditadura fascista impôs aos trabalhadores. Recentemente a direcção fascista do Sindicato dos Estivadores não hesitou em lançar no desemprego 9 trabalhadores, sendo a verdadeira razão dessa inqualificável decisão o facto deles serem comunistas.

Aproveitando o abandono a que os fascistas votou a ilha e a sua população, têm surgido mesmo organizações políticas, como o chamado Exército de Libertação do Arquipélago da Madeira (ELAM), que instigam a consolidação das vitórias democráticas e do progresso do nosso País.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

SESSÕES E COMÍCIOS POR TODO O PAÍS

As sessões de esclarecimento e os comícios do nosso partido sucedem-se por todo o País.

No Cine-Teatro da Lousã, com a presença de 700 pessoas, realizou-se um comício organizado pela Comissão de Trabalho do PCP (nesta terra) Assunção, Santo Aleixo, Vaiamonte, Jurequeiros, Messines, Lagoa e Lagos.

Pela DORB foram realizadas também sessões de esclarecimento, focando a situação política presente em Vagos, Ovar, Avelar de Cima (Anadia) e Mealhada, Vinha da Rainha (Sousa), Carapinhais, Póvoa do Pinheiro, Mortedo, Cantanhede, Vouzela e Seia.

Entretanto, o nosso partido levou ainda a efecto sessões de esclarecimento na Casa do Povo da freguesia de Alagoa, com a participação do camarada Gervásio, do Comité Central, e na Casa do Povo da freguesia de Fortios, em que estiveram presentes o camarada Gervásio e o camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

Para além destas, realizaram-se ainda sessões de esclarecimento em Soutelinho de Mesio (Vila Pouca de Aguiar), Raposo de Cima (Monte da Caparica), Trajaria, Pragal e Vila Nova da Caparica, no Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge, em Lisboa, no Hospital de São António, no Porto, e na fábrica da Covina, promovida pela câmara local do Partido e que teve a presença do camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

Para além destas, realizaram-se ainda sessões de esclarecimento em Santarém, para os trabalhadores da Federação dos Municípios do Ribatejo, em Vale de Santarém, em Vale de Figueira, Samor, Correia, Santo Estêvão (Benavente), Couço, Coruche, Lamarosa, Erra, Santana do Mato e Montinhos dos Pegas.

O «AVANTE!» É DE TODOS NÓS; ENVIA-NOS CRÍTICAS E SUGESTÕES



SESSÕES E COMÍCIOS

HOJE

ABRUNHEIRA (Montemor-o-Velho) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.

BUSTOS (Oliveira do Bairro) — Sessão de esclarecimento no Salão Primor, às 21 e 30.

CAMPO MAIOR — Sessão de esclarecimento no cinema, às 20.

CREIXOMIL (Guimarães) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 20.

FORNELOS (Vila do Conde) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.

FORNOS (Vila da Feira) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.

GAIA (Monte da Virgem) — Sessão de esclarecimento no Sanatório D. Manuel II, às 21 e 30.

MACEADA (Ovar) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30.

MAFAMUDE (Gaia) — Sessão de esclarecimento na Liga de Aes. de Socorros Mútuos, às 21 e 30.

MONTECORDO — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.

PAIO, PIRES — Sessão de esclarecimento na Sociedade 5 de Outubro, para os trabalhadores da Siderurgia Nacional, às 17.

PEROSINHO (Gaia) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.

PORTO — Sessão de esclarecimento no Grupo Os Modestos, às 21 e 30.

PÓVOA DE SANTO ADRIÃO — Colóquio organizado pelo Centro de Trabalho do Partido sobre o tema «voto ao serviço do povo» no salão da Junta de Freguesia.

RIBEIRA DE FRADES — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.

RIO TINTO (Gondomar) — Sessão de esclarecimento na Assembleia Recreativa do Rio Tinto, às 21 e 30.

SILVES — Comício no Cine-Teatro Silves, às 21 e 30, com Dias Lourenço.

TELHEIRO (Marinha Grande) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.

VALBOM — Sessão de esclarecimento na Associação Recreativa Corações Vilaverdense, às 21 e 30.

VALE DE CAMBRA — Sessão de esclarecimento no salão dos Bombeiros, às 21 e 30.

VALE DE FIGUEIRA — Sessão de esclarecimento no pavilhão de Vasco Morgado, às 21 e 30.

AMANHÃ

ALBERGARIA-A-VELHA — Sessão de esclarecimento no salão dos Bombeiros, às 21 e 30.

ALCANENA — Sessão de esclarecimento, às 21.

ALCARRAQUE (Tourem) — Sessão de esclarecimento no Centro de Recreio Popular de Alcanena, às 21 e 30.

ALFÂNDEGA DA FÉ — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.

AMORA — Sessão de esclarecimento com projeção de um filme, na Sociedade Filarmónica Operária Amorense, às 16.

AMORIM (Póvoa de Varzim) — Sessão de esclarecimento na «Arca» às 21 e 30.

AREIAS (Santo Tirso) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30.

BAROSA — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.

BRAGA — Sessão de esclarecimento no Centro de Trabalho do Partido, às 21 e 30, para empregados.

BRINCHES — Sessão de esclarecimento, às 21.

CALDAS DAS TAIPAS (Guimarães) — Sessão de esclarecimento nos Bombeiros Voluntários, às 21 e 30.

CANHA (Montijo) — Sessão de esclarecimento, às 19 e 30.

CHAINA (Santarém) — Sessão de esclarecimento na Sociedade Recreativa de Chaina, às 21 e 30.

CORUCHE — Comício, às 21 e 30.

ESCAPAES (Vila da Feira) — Sessão de esclarecimento, às 16.

ESPIRITO SANTO DE TOREGAS — Sessão de esclarecimento no Café de Gabriel Ferreira, às 21 e 30.

FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO — Sessão de esclarecimento, às 20 e 30.

LAMEGO — Sessão de esclarecimento, às 21.

MARINHA (Ovar) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30.

MERTOLA — Sessão de esclarecimento no Cine-Teatro Marques Lucas.

MILHEIRÓS DOS VINHOS — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.

MIRAGAIA — Sessão de esclarecimento no Grupo Musical de Mira-gaia (Rua Armenta, 18, 1.º), às 21 e 30.

MONTEMOR-O-NOVO — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 20.

MONTEMOR-O-VELHO — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.

NOVELAS (Penafiel) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.

ORADA (Borba) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 21 e 30.

PEDRALVA (Anadia) — Sessão de esclarecimento, às 21.

PORTALEGRE — Sessão de esclarecimento no Pavilhão Gimnodesportivo, às 21.

PORTIMÃO — Comício no Cine-Teatro, às 16, com o camarada Octávio Pato.

PORTUNHOS — Sessão de esclarecimento no Salão Clube, às 20 e 30.

REGUENGOS DE MONSARAZ — Sessão de esclarecimento na Sociedade Artística, às 21.

S. DOMINGOS DE ESTREMOZ — Sessão de esclarecimento, às 19.

S. PEDRO DA COVA — Sessão de esclarecimento na Escola Afonso V, às 21 e 30.

S. PEDRO DA RAJAMUNDA (Págos de Ferreira) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 e 30.

SOAJA (Arcos de Valdevez) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 20.

TORRES DO MONDEGO — Sessão de esclarecimento no Centro de Cultura e Recreio, às 21.

VAIRÃO (Vila do Conde) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.

VILA DE MATOS — Sessão de esclarecimento na Escola Velha, às 21.

ZEBREIROS (Foz do Sousa) — Sessão de esclarecimento na oficina de António Guedes Gomes.

DOMINGO

ALPALHÃO (Portalegre) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo às 14.

AMIEIRA DO TEJO — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 21.

ANOBRA — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 15.

ARADA (Ovar) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 15.

CASTELÕES (Vale de Cambra) — Sessão de esclarecimento, à tarde.

CASTRO VERDE — Sessão de esclarecimento, às 15.

ESTREMOZ — Sessão de esclarecimento nos Bombeiros Voluntários para operários metalúrgicos, às 15.

FIÃES (Vila da Feira) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.

LORIGA (Seia) — Sessão de esclarecimento, às 15.

MONTEJUNTO (Alandroal) — Sessão de esclarecimento no Largo do Posto, às 16.

MOREIRA DE CÔNEGOS (Guimarães) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 10.

NORA (Borba) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 20.

ODEMIRA — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 21.

OLIVEIRA (Santa Maria) (Vila Nova de Famalicão) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária.

PERAFITA (Matosinhos) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 10.

PORTO CARRO (Marinha Grande) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30.

RIBA D'AVE (V. N. Famalicão) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 10.

SANTIAGO DE RIBAUL (Oliveira de Azeméis) — Sessão de esclarecimento, à tarde.

SANTIAGO DE RIO DE Moinhos (Borba) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 15.

S. JOSÉ DO CAMPO — Sessão de esclarecimento, às 21.

VILAR (Vila do Conde) — Sessão de esclarecimento na Escola Velha do Lugar de Padrão, às 10 e 30.

VINHAIAS — Sessão de esclarecimento, às 16.

SEGUNDA-FEIRA

S. LOURENÇO (Estremoz) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 20.

MOTRINOS (Reguengos de Monsaraz) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 21.



O CAMARADA KALININE VISITA O CENTRO DE TRABALHO DE LISBOA DO NOSSO PARTIDO

O camarada Arnold Kalinine, embaixador da URSS no nosso país, visitou na passada

terça-feira o Centro de Trabalho de Lisboa do PCP, onde foi recebido pelos camaradas

NA TRANQUILIDADE

LUTA VITORIOSA

Os trabalhadores da Companhia de Seguros Tranquillidade aprovaram por aclamação, em plenário realizado no passado dia 17, uma proposta que veio solucionar o problema «gratificações de 1974», tendo decidido que a verba orçamentada para o efeito era destinada a investir essa quantia, no valor de 5400 contos, na criação de postos de trabalho, tendente a reduzir a taxa actual de desemprego.

Como se salienta na proposta aprovada, pretende-se que essa riqueza, produzida por todos os trabalhadores da Tranquillidade, reverta para os trabalhadores que, antes de mais, lutam pela sua sobrevivência; que todo este processo incentive os trabalhadores a uma luta ampla contra as injustiças sociais, contra a exploração dos trabalhadores, contra os privilégios, contra o capital monopolista, contra todas as manobras do capital.

Na sequência do processo reivindicativo desencadeado na Tranquillidade, a fim de abolir o critério arbitrário das gratificações, que de há muitos anos vem sendo praticado pela administração, os trabalhadores tinham ocupado na passada 2.ª feira as instalações da empresa, onde encontravam quatro administradores.

Conscientes que a distribuição elitista da riqueza produzida pelos trabalhadores não vencerá,

Assim se opuseram os trabalhadores unidos e organizados em torno do seu sindicato, firmemente decididos a defender e reforçar «a justiça» no processo tendente a construir a NOVA ORDEM SOCIAL, emergente dos principais democráticos iniciados 25 de Abril com o derrocamento do repressivo regime fascista.

Os trabalhadores, reunidos em plenário de 29/10/74, decidiram abolir as gratificações e fazer distribuir equitativamente por todos a verba de 5400 contos já orçamentada para este ano.

Esta medida foi imediatamente apoiada pelos Sindicatos dos Profissionais da Segurança de Lisboa e do Porto.

A administração assumiu

des do comandante para a nossa presença ali. Após um breve h

or, procurando boicotar as decisões tomadas no Plenário de Trabalhadores, isolou a

Comissão Sindical e individual

mente persuadir os Sindicatos a «chamar os trabalhadores à ordem».

Dado o impasse a que se

clegou, os trabalhadores re

correram ao Ministério do Trabalho, em 3 de Dezembro

depois daquela oficial da Po

lícia manifestar o seu negocia

ção pela participação do PCP, o

camarada da DORN agradeceu a

presença de todos e as facilida

de a que a verba orçamentada para as gratificações dessa época fosse considerada pertença de todos os trabalhadores «como riqueza produzida por todos produzida».

Contudo, depois de se ter acordado, por sugestão do advogado da entidade patronal (dr. Sousa Tavares) que os 5400 contos seriam destinados ou ao Fundo Social da empresa a ser gerido pelos trabalhadores ou a uma «instituição social igualmente da decisão dos trabalhadores», a administração recoureu mais uma vez, respondendo em termos ambíguos e que se afastavam do que havia sido dito.

Este tipo de actuação, muit

o utilizado pelo «grupo monopólios Espírito Santo, foi

vivamente repudiado pelos

trabalhadores que decidiram permanecer nas instalações da Companhia até que a administração

revisasse definitivamente os acordos firmados no Ministério do Trabalho.

O desenlace da luta travada

na Companhia de Seguros

Tranquillidade é a prova real

de que a solidariedade entre

os trabalhadores é a única

chave para a vitória.

As reivindicações dos tra

balhadores da Tranquillidade

foram vencidas.

As reivindicações dos tra

balhadores da Tranquillidade

foram vencidas.

As reivindicações dos tra

balhadores da Tranquillidade

foram vencidas.

As reivindicações dos tra

balhadores da Tranquillidade

foram vencidas.

As reivindicações dos tra

balhadores da Tranquillidade

foram vencidas.

As reivindicações dos tra

balhadores da Tranquillidade

foram vencidas.

As reivindicações dos tra

balhadores da Tranquillidade

foram vencidas.

As reivindicações dos tra

balhadores da Tranquillidade

foram vencidas.

As reivindicações dos tra

balhadores da Tranquillidade

foram vencidas.

As reivindicações dos tra

balhadores da Tranquillidade

foram vencidas.

As reivindicações dos tra

balhadores da Tranquillidade

foram vencidas.

As reivindicações dos tra

balhadores da Tranquillidade

foram vencidas.

As reivindicações dos tra

balhadores da Tranquillidade

foram vencidas.

As reivindicações dos tra

balhadores da Tranquillidade

foram vencidas.

As reivindicações dos tra

balhadores da Tranquillidade

foram vencidas.

As reivindicações dos tra

balhadores da Tranquillidade

foram vencidas.

As reivindicações dos tra

balhadores da Tranquillidade

foram vencidas.

O COMÍCIO DO PCP EM ALPIARÇA PROVOU QUE OS COMUNISTAS NÃO ESTÃO CONTRA OS PEQUENOS AGRICULTORES

O comício do nosso Partido em Alpiarça, com a participação do camarada Alvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português e cujo discurso publicamos noutra local, constituiu a confirmação da confiança que os trabalhadores e a população em geral daquela zona depositaram na luta dos comunistas, por uma sociedade justa.

No interior do ginásio do Grupo Desportivo «Os Aguias» aglomerava-se uma assistência de quatro mil pessoas enquanto lá cima, pertinho de duas mil ouviam atentamente as intervenções que lhes chegavam através da instalação sonora. Centenas de bandeiras vermelhas e cartazes indicando as representações con-



Conceição Pereira Carlos

celhas (Marinha Grande, Cartaxo, Samora Correia, Couço, Chamusca, Santarém, Tramagal, Torres Novas e Foros da Branca) davam um colorido alegre e de vida ao ambiente. A banda da Filarmónica Alpiarçense 1.º de Dezembro, que esteve presente, iniciou o comício tocando o 'Avante! Camarada' e que todos os presentes entoaram. Seguiram-se as intervenções de vários camaradas, cujas passagens mais significativas transcrevemos.

Usou em primeiro lugar da palavra a camarada Conceição Pereira Carlos, operária agrícola, da comissão concelhia de Alpiarça, que frisou:

Camaradas: sendo nós, mulheres, desde sempre, a parte mais explorada dos trabalhadores, porque não devemos ter o direito de lutar e termos uma tarefa em defesa de melhores condições de vida? E depois de denunciar os boatos e as calúnias que a reacção lança sobre o PCP, exortou as suas companheiras, afirmando: Avante com as nossas tarefas, pois o nosso direito e dever de lutar é igual ao dos homens.

O PCP deve muito aos trabalhadores de Alpiarça

Depois de Mário Piscalho, jovem operário metalúrgico e membro da comissão concelhia, que referiu a importância de ter sido reconhecido o direito de voto aos 18 anos e que Portugal é um dos poucos países da Europa Ocidental em que esse direito é reconhecido, pois todos os governos do grande capital tentam por todos os meios ao seu alcance retardar o mais possível a concessão deste direito porque sabem que o seu poder pode ser abalado com a entrada dos jovens na cena política, recordando que cabe aos jovens mais conscientes ajudar a fazer a modificação da sociedade em que vivemos, usou da palavra Carlos Pinhão, da DOROR, afirmando na sua intervenção:

Que Alpiarça é desde há muito um baluarte do Partido Comunista Português é de todos sabido, como sabido é a ajuda que o povo desta terra sempre deu à luta antifascista. Alpiarça foi uma das terras mártires da repressão fascista.

No entanto, o povo de Al-

piarça foi durante muito tempo um povo apenas revoltado contra a injustiça social. Foi só depois da reorganização do Partido, verificada em 1941-42, e com o desenvolvimento da organização partidária que os trabalhadores de Alpiarça começaram, pouco a pouco, a integrarem as suas lutas num processo verdadeiramente revolucionário.

E mais adiante: Foi depois da reorganização de 1941-42, a medida que o Partido Comunista se instalou e se desenvolveu aqui que os trabalhadores aprenderam a lutar colectivamente e foram, então sim, alcançando sucessivas vitórias. E aprenderam a manejear a greve como importante arma de luta. Mas aprenderam também que, se uma tal arma, bem manejada, servia de facto os interesses dos trabalhadores, quando utilizada inadvertidamente pode voltar-se contra aqueles mesmos que a utilizam.

O Partido Comunista Português deve muito aos trabalhadores de Alpiarça. Mas os trabalhadores de Alpiarça devem igualmente ao Partido a capacidade de organização e a consciencialização política que lhes permitiu as conquistas alcançadas ao longo dos anos através das suas lutas, todas elas conduzidas sob a sua direcção e orientação.

Os operários agrícolas querem trabalhar

Os trabalhadores agrícolas estão na firme disposição de abdicar do horário que têm actualmente e passar a outro horário, desde que lhes seja garantido trabalho todo o ano e outras regalias sociais das que estão em estudo e desde que se criem estruturas em que os trabalhadores tenham a plena certeza de que as horas que trabalham a mais nem sejam para «uma dúzia de galões» — declarou Alvaro Favares Brásileiro, operário agrícola e membro da comissão concelhia de Alpiarça depois de frisar ser falso que os operários agrícolas queiram trabalhar pouco e ganhar muito.

Falou a seguir António Faria, operário da construção civil, da comissão distrital de Santarém, que depois de fazer notar que hoje é difícil afirmar-se defensor da classe trabalhadora, pois não se corre o mesmo risco que anteriormente, acrescentou:

De facto é pena que só o PCP ponha em prática a sua teoria, porque se todos os outros partidos o fizessem, tornar-se-iam mais fáceis as lutas e, por consequência, a sobrevivência dos monopolistas e latifundiários seria muito mais curta. Mas é precisamente isto que a alguns não interessa e por tal nos atacam.

Lamentamos profundamente tal ataque que alguns partidos nos dirigem nas suas sessões de esclarecimento, que em vez de indicarem ao povo o caminho justo e firme que há-de seguir para se libertar o mais rapidamente possível dos exploradores e dos sabotadores, dediquem essas sessões a atacar o nosso Partido que sempre foi, e é será o partido do povo trabalhador e para o povo trabalhador.

que os agricultores. Foi assim como já vimos no caso da Goucha e nos foros de Almada em Benavente. Foi assim também o caso do Vale da Lama.

Por isso os comunistas apoiam e estão ao lado dos pequenos e médios agricultores que querem criar as suas associações de classe independentes dos grandes agrá-

rios capitalistas e latifundiários, pois os interesses dos grandes são completamente antagónicos aos seus.

Os latifundiários

é que roubam as terras

Depois de Vitoria Brito, estudante liceal da UEC que traçou uma panorâmica da situação do ensino no nosso país, falou Gabriel Feijão Coelho, que salientou durante a sua intervenção que os comunistas nunca estiveram nem estão contra os pequenos e médios agricultores.

Foram os comunistas que apoiaram sempre as lutas revolucionárias dessas camadas contra os grandes exploradores, podemos exemplificar aqui bem perto o caso da Quinta da Goucha, em que ao fim de uma quantidade de anos de sacrifício dos agricultores no desbravamento e de valorização das terras, o latifundiário lhe queria tirar, privando assim esses trabalhadores do fruto do seu sacrifício. Foram o PCP e os comunistas que sempre orientaram e defenderam os interesses desses agricultores, os comunistas sempre apoiaram o advogado que lutou e que enfrentou as leis fascistas em pleno tribunal ao lado dos agricultores, indo pela razão, nunca se desviando nem se vendendo ao capital, fazendo com que aquilo que tinha sido fruto do sacrifício de centenas de trabalhadores lhes fosse restituído.

E acrescentou: Também podemos exemplificar o caso dos foros de Almada (Benavente), em que o PCP sempre apoiou essa tenaz luta dos agricultores e que há bem pouco tempo tomaram a posse das terras de onde tinham sido expulsos. São os grandes agrários que sempre têm querido roubar as terras aos pe-

riodistas.

Depois de desmascarar a ALA, que apenas serve os interesses dos latifundiários, o orador informou que já está em formação, em Alpiarça a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, que conta já com mais de duzentas adesões.

No decorrer do comício foi feito um apelo para a solidariedade aos presos políticos espanhóis, que deve ser canalizada para o Centro de Trabalho do Partido em Alpiarça.

Os latifundiários

é que roubam as terras

Depois de Vitoria Brito, estudante liceal da UEC que traçou uma panorâmica da situação do ensino no nosso país, falou Gabriel Feijão Coelho, que salientou durante a sua intervenção que os comunistas nunca estiveram nem estão contra os pequenos e médios agricultores.

Foram os comunistas que apoiaram sempre as lutas revolucionárias dessas camadas contra os grandes exploradores, podemos exemplificar aqui bem perto o caso da Quinta da Goucha, em que ao fim de uma quantidade de anos de sacrifício dos agricultores no desbravamento e de valorização das terras, o latifundiário lhe queria tirar, privando assim esses trabalhadores do fruto do seu sacrifício. Foram o PCP e os comunistas que sempre orientaram e defenderam os interesses desses agricultores, os comunistas sempre apoiaram o advogado que lutou e que enfrentou as leis fascistas em pleno tribunal ao lado dos agricultores, indo pela razão, nunca se desviando nem se vendendo ao capital, fazendo com que aquilo que tinha sido fruto do sacrifício de centenas de trabalhadores lhes fosse restituído.

E acrescentou: Também podemos exemplificar o caso dos foros de Almada (Benavente), em que o PCP sempre apoiou essa tenaz luta dos agricultores e que há bem pouco tempo tomaram a posse das terras de onde tinham sido expulsos. São os grandes agrários que sempre têm querido roubar as terras aos pe-

riodistas.

Depois de desmascarar a ALA, que apenas serve os interesses dos latifundiários, o orador informou que já está em formação, em Alpiarça a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, que conta já com mais de duzentas adesões.

No decorrer do comício foi feito um apelo para a solidariedade aos presos políticos espanhóis, que deve ser canalizada para o Centro de Trabalho do Partido em Alpiarça.

Os latifundiários

é que roubam as terras

Depois de Vitoria Brito, estudante liceal da UEC que traçou uma panorâmica da situação do ensino no nosso país, falou Gabriel Feijão Coelho, que salientou durante a sua intervenção que os comunistas nunca estiveram nem estão contra os pequenos e médios agricultores.

Foram os comunistas que apoiaram sempre as lutas revolucionárias dessas camadas contra os grandes exploradores, podemos exemplificar aqui bem perto o caso da Quinta da Goucha, em que ao fim de uma quantidade de anos de sacrifício dos agricultores no desbravamento e de valorização das terras, o latifundiário lhe queria tirar, privando assim esses trabalhadores do fruto do seu sacrifício. Foram o PCP e os comunistas que sempre orientaram e defenderam os interesses desses agricultores, os comunistas sempre apoiaram o advogado que lutou e que enfrentou as leis fascistas em pleno tribunal ao lado dos agricultores, indo pela razão, nunca se desviando nem se vendendo ao capital, fazendo com que aquilo que tinha sido fruto do sacrifício de centenas de trabalhadores lhes fosse restituído.

E acrescentou: Também podemos exemplificar o caso dos foros de Almada (Benavente), em que o PCP sempre apoiou essa tenaz luta dos agricultores e que há bem pouco tempo tomaram a posse das terras de onde tinham sido expulsos. São os grandes agrários que sempre têm querido roubar as terras aos pe-

riodistas.

Depois de desmascarar a ALA, que apenas serve os interesses dos latifundiários, o orador informou que já está em formação, em Alpiarça a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, que conta já com mais de duzentas adesões.

No decorrer do comício foi feito um apelo para a solidariedade aos presos políticos espanhóis, que deve ser canalizada para o Centro de Trabalho do Partido em Alpiarça.

Os latifundiários

é que roubam as terras

Depois de Vitoria Brito, estudante liceal da UEC que traçou uma panorâmica da situação do ensino no nosso país, falou Gabriel Feijão Coelho, que salientou durante a sua intervenção que os comunistas nunca estiveram nem estão contra os pequenos e médios agricultores.

Foram os comunistas que apoiaram sempre as lutas revolucionárias dessas camadas contra os grandes exploradores, podemos exemplificar aqui bem perto o caso da Quinta da Goucha, em que ao fim de uma quantidade de anos de sacrifício dos agricultores no desbravamento e de valorização das terras, o latifundiário lhe queria tirar, privando assim esses trabalhadores do fruto do seu sacrifício. Foram o PCP e os comunistas que sempre orientaram e defenderam os interesses desses agricultores, os comunistas sempre apoiaram o advogado que lutou e que enfrentou as leis fascistas em pleno tribunal ao lado dos agricultores, indo pela razão, nunca se desviando nem se vendendo ao capital, fazendo com que aquilo que tinha sido fruto do sacrifício de centenas de trabalhadores lhes fosse restituído.

E acrescentou: Também podemos exemplificar o caso dos foros de Almada (Benavente), em que o PCP sempre apoiou essa tenaz luta dos agricultores e que há bem pouco tempo tomaram a posse das terras de onde tinham sido expulsos. São os grandes agrários que sempre têm querido roubar as terras aos pe-

riodistas.

Depois de desmascarar a ALA, que apenas serve os interesses dos latifundiários, o orador informou que já está em formação, em Alpiarça a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, que conta já com mais de duzentas adesões.

No decorrer do comício foi feito um apelo para a solidariedade aos presos políticos espanhóis, que deve ser canalizada para o Centro de Trabalho do Partido em Alpiarça.

Os latifundiários

é que roubam as terras

Depois de Vitoria Brito, estudante liceal da UEC que traçou uma panorâmica da situação do ensino no nosso país, falou Gabriel Feijão Coelho, que salientou durante a sua intervenção que os comunistas nunca estiveram nem estão contra os pequenos e médios agricultores.

Foram os comunistas que apoiaram sempre as lutas revolucionárias dessas camadas contra os grandes exploradores, podemos exemplificar aqui bem perto o caso da Quinta da Goucha, em que ao fim de uma quantidade de anos de sacrifício dos agricultores no desbravamento e de valorização das terras, o latifundiário lhe queria tirar, privando assim esses trabalhadores do fruto do seu sacrifício. Foram o PCP e os comunistas que sempre orientaram e defenderam os interesses desses agricultores, os comunistas sempre apoiaram o advogado que lutou e que enfrentou as leis fascistas em pleno tribunal ao lado dos agricultores, indo pela razão, nunca se desviando nem se vendendo ao capital, fazendo com que aquilo que tinha sido fruto do sacrifício de centenas de trabalhadores lhes fosse restituído.

E acrescentou: Também podemos exemplificar o caso dos foros de Almada (Benavente), em que o PCP sempre apoiou essa tenaz luta dos agricultores e que há bem pouco tempo tomaram a posse das terras de onde tinham sido expulsos. São os grandes agrários que sempre têm querido roubar as terras aos pe-

riodistas.

Depois de desmascarar a ALA, que apenas serve os interesses dos latifundiários, o orador informou que já está em formação, em Alpiarça a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, que conta já com mais de duzentas adesões.

No decorrer do comício foi feito um apelo para a solidariedade aos presos políticos espanhóis, que deve ser canalizada para o Centro de Trabalho do Partido em Alpiarça.

Os latifundiários

é que roubam as terras

Depois de Vitoria Brito, estudante liceal da UEC que traçou uma panorâmica da situação do ensino no nosso país, falou Gabriel Feijão Coelho, que salientou durante a sua intervenção que os comunistas nunca estiveram nem estão contra os pequenos e médios agricultores.

Foram os comunistas que apoiaram sempre as lutas revolucionárias dessas camadas contra os grandes exploradores, podemos exemplificar aqui bem perto o caso da Quinta da Goucha, em que ao fim de uma quantidade de anos de sacrifício dos agricultores no desbravamento e de valorização das terras, o latifundiário lhe queria tirar, privando assim esses trabalhadores do fruto do seu sacrifício. Foram o PCP e os comunistas que sempre orientaram e defenderam os interesses desses agricultores, os comunistas sempre apoiaram o advogado que lutou e que enfrentou as leis fascistas em pleno tribunal ao lado dos agricultores, indo pela razão, nunca se desviando nem se vendendo ao capital, fazendo com que aquilo que tinha sido fruto do sacrifício de centenas de trabalhadores lhes fosse restituído.

E acrescentou: Também podemos exemplificar o caso dos foros de Almada (Benavente), em que o PCP sempre apoiou essa tenaz luta dos agricultores e que há bem pouco tempo tomaram a posse das terras de onde tinham sido expulsos. São os grandes agrários que sempre têm querido roubar as terras aos pe-

riodistas.

Depois de desmascarar a ALA, que apenas serve os interesses dos latifundiários, o orador informou que já está em formação, em Alpiarça a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, que conta já com mais de duzentas adesões.

No decorrer do comício foi feito um apelo para a solidariedade aos presos políticos espanhóis, que deve ser canalizada para o Centro de Trabalho do Partido em Alpiarça.

Os latifundiários

é que roubam as terras

Depois de Vitoria Brito, estudante liceal da UEC que traçou uma panorâmica da situação do ensino no nosso país, falou Gabriel Feijão Coelho, que salientou durante a sua intervenção que os comunistas nunca estiveram nem estão contra os pequenos e médios agricultores.

Foram os comunistas que apoiaram sempre as lutas revolucionárias dessas camadas contra os grandes exploradores, podemos exemplificar aqui bem perto o caso da Quinta da Goucha, em que ao fim de uma quantidade de anos de sacrifício dos agricultores no desbravamento e de valorização das terras, o latifundiário lhe queria tirar, privando assim esses trabalhadores do fruto do seu sacrifício. Foram o PCP e os comunistas que sempre orientaram e defenderam os interesses desses agricultores, os comunistas sempre apoiaram o advogado que lutou e que enfrentou as leis fascistas em pleno tribunal ao lado dos agricultores, indo pela razão, nunca se desviando nem se vendendo ao capital, fazendo com que aquilo que tinha sido fruto do sacrifício de centenas de trabalhadores lhes fosse restituído.

E acrescentou: Também podemos exemplificar o caso dos foros de Almada (Benavente), em que o PCP sempre apoiou essa tenaz luta dos agricultores e que há bem pouco tempo tomaram a posse das terras de onde tinham sido expulsos. São os grandes agrários que sempre têm querido roubar as terras aos pe-

riodistas.

Depois de desmascarar a ALA, que apenas serve os interesses dos latifundiários, o orador informou que já está em formação, em Alpiarça a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, que conta já com mais de duzentas adesões.

No decorrer do comício foi feito um apelo para a solidariedade aos

A LUTA ANTIMONOPOLISTA, A UNIDADE, A

Álvaro Cunhal em Alpiarça

- A tarefa fundamental nas eleições para a Assembleia Constituinte é assegurar a vitória eleitoral às forças da democracia de forma a que as liberdades fiquem definitivamente consolidadas
- O PCP apoia firmemente, dentro e fora do Governo, muitas propostas feitas pelos agricultores nas suas assembleias e exposições
- Enquanto permanecer a actual estrutura agrária, não poderá realizar-se o progresso da agricultura
- A ALA não é uma organização que pode garantir a defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores
- É imperioso o reforço da aliança do proletariado com o campesinato

Camaradas:

Agradeço-vos, reconhecido o convite para visitar Alpiarça e participar neste comício.

Na história da luta do povo português contra a ditadura fascista, Alpiarça é um nome que brilha pelas lutas dos operários agrícolas, pelas grandes manifestações de protesto contra a ditadura, pela vitalidade das actividades democráticas, pela influência e papel determinante do partido da classe operária — o Partido Comunista Português.

O nome de Alpiarça tornou-se conhecido como o de uma das fortalezas da luta popular, erguidas, invincíveis e confiantes, no Portugal abafado, oprimido e espezinhado pela odiada ditadura fascista.

É por isso para mim uma grande honra estar hoje aqui convosco e permitir que transmita à Comissão Concelhia e ao povo de Alpiarça as saudações calorosas e fraternais do Comité Central do Partido Comunista Português.

Permiti também que, por intermédio de vós, participantes neste comício, saude os trabalhadores e os democratas de todo o Ribatejo, que sempre se distinguiram pela sua forte consciência de classe, a sua combatividade e o seu espírito antifascista.

Os trabalhadores e os democratas de Alpiarça, assim como os de todo o Ribatejo, conhecem, pela sua própria experiência do tempo do fascismo, o que significavam a inexistência de liberdades e a repressão, o que significavam a PIDE, as prisões, os maus tratos, as torturas, as pesadas condenações, os assassinatos. Pelo que viveram e sofreram no tempo do fascismo, os trabalhadores e os democratas desta região sabem apreciar o valor da liberdade, a grande e histórica conquista do 25 de Abril.

Por isso, tal como no 28 de Setembro, o povo de Alpiarça, como o povo de outras localidades do Ribatejo, se levantou e nas barreiras cortou o caminho à reacção que anunciará querer marchar sobre Lisboa —, se de novo surgiu um grave perigo contra-revolucionário, de novo o povo de Alpiarça, os trabalhadores e o povo do Ribatejo, tendo na sua vanguarda o Partido Comunista Português e cooperando com as forças armadas, se levantaram em defesa da liberdade e de novo cortaram o passo à reacção.

Há quem queira fazer esquecer o que foi o fascismo e quem queira diminuir o apreço do povo pela liberdade alcançada.

Nós, comunistas, e connosco a classe operária, os trabalhadores, a juventude, temos razões particulares para darmos o devido valor e defendermos firmemente a liberdade, porque ninguém mais do que nós foi privado da liberdade no tempo do fascismo, e ninguém mais do que nós lutou por ela.

É natural que outros não sintam este problema com a mesma intensidade, porque no tempo do fascismo a repressão não era para eles e se amanhã, para nossa infelicidade, voltasse uma ditadura fascista, alguns democratas de fresca data não sofreriam, como certamente sofreriam os comunistas (e não só os comunistas como os militares e outros democratas), o banho de sangue que a contra-revolução prepararia.

O PCP continua a considerar como tarefa prioritária a consolidação das liberdades alcançadas de forma a pôr o povo português ao abrigo de qualquer tentativa contra-revolucionária.

A vigilância das massas não deve abrandar. E o aparelho do Estado democrático tem de consolidar-se de forma a tornar-se uma garantia definitiva da defesa da democracia.

Considera como factores da mais alta importância para o reforço do Estado democrático as medidas organizativas do MFA apóis o 28 de Setembro, medidas essas que confirmam o MFA como forma de situação democrática.

O reforço do MFA é um aspecto decisivo do reforço do Estado democrático. Mas só por si não resolve todos os problemas. É necessário apressar a reorganização das forças militarizadas. É necessário levar a cabo o saneamento onde ainda não se realizou. É necessário tornar mais operativa a vigilância a investigação das conspirações reacionárias. É necessário transformar profundamente a máquina burocrática ainda infestada de inimigos da democracia, de elementos ociosos e parasitários, gente que entrava de forma activa ou passiva a acção governativa, isto para não falar já de fascistas saneados, que, com férias permanentes em suas casas, continuam a receber altíssimos vencimentos e até talvez o 13.º mês, num momento em que aproximando-se o Natal, numerosas empresas têm salários em atraso e se recusam a pagar os subsídios e gratificações habituais.

O saneamento físico tem de ser acompanhado do saneamento moral. Não basta o afastamento dos elementos fascistas. É indispensável uma mudança profunda nas conceções e nos hábitos do aparelho do Estado, que se tem de tornar um poderoso instrumento de ação, não contra o povo, como era no tempo do fascismo, mas para servir o povo no Portugal democrático que queremos construir.

A tarefa fundamental nas eleições para a Assembleia Constituinte é assegurar a vitória eleitoral às forças da democracia, de forma a que as liberdades fiquem definitivamente consolidadas e possa construir-se uma nova sociedade democrática.

O PCP luta firme e consequentemente para que, no Portugal democrático de amanhã, o povo goze das mais amplas liberdades, para que sejam reconhecidas as mais amplas liberdades a todos os que querem respeitá-las e defendê-las.

É porém menos certo que se alguns que, num eleitoralismo prematuro, procuram apresentar os comunistas como «um perigo para a liberdade», se esses alguns se vissem um dia com mais poder do que têm, reconhecessem e garantissem da mesma forma o pleno exercício da liberdade aos comunistas.

Pela propaganda anticomunista, pelas discriminações contra elementos do PCP que fazem em diversos níveis, pelas alianças que aqui e ali realizam com reacionários e provocadores contra os comunistas, não confirmam hoje nos actos a sua pretensão de campanha da liberdade para amanhã.

A realidade é que, no Portugal actual, das formações políticas existentes, o Partido Comunista Português se afirma (e confirma a



riam buscá-la onde estivesse escondida ou iriam buscá-la aos grandes latifundiários que, propriedades de uma só família, abarcam mais terra que aquela de que dispõem muitos milhares de pequenos e médios agricultores.

Em todo o distrito de Santarém, existem cerca de 60 000 explorações agrícolas, mas, enquanto as 35 000 mais pequenas explorações, de menos de 1 hectare, ocupam apenas cerca de 16 mil hectares, as 500 maiores explorações, cupam 160 mil hectares, isto é, dez vezes mais terra que as 35 000 mais pequenas. Poderá admitir-se que apenas meio milhar de grandes proprietários tenham 10 vezes mais terra do que os 35 000 mais pequenos? Nós dizemos: Não! É necessário e urgente que esta situação se modifique.

O progresso da agricultura, o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores do campo e o progresso geral do processo revolucionário exigem que seja realizada a Reforma Agrária e que a terra dos latifundiários seja entregue aquelas que nela trabalham.

Isto parece ser muito no vago, mas, se o povo de Alpiarça falamos por exemplo da Gouva e Atela; no Vale da Lama de Atela e da Quinta da Logalva de Cima, eles certamente entendem o que queremos dizer com isto.

E o mesmo entenderá cada qual em relação às respectivas regiões.

Enquanto permanecer a actual estrutura agrária, não poderá realizar-se o progresso da agricultura indispensável ao desenvolvimento da economia nacional e ao melhoramento das condições de vida do povo português, e, em primeiro lugar, da população trabalhadora dos campos.

Não poderá haver grande progresso agrícola enquanto a agricultura portuguesa estiver dominada por um pequeno número de famílias que têm nas suas mãos a maior parte das terras, enquanto meio milhão de trabalhadores do campo não têm um palmo de seu e outro meio milhão de pequenos agricultores, nas suas pequenas couraças, muitas vezes divididas em parcelas separadas, sufocam por escassez de terra, por falta de recursos, por falta de crédito, por falta de boas sementes, por falta de adubos, e ainda pelos impostos que num Portugal democrático têm de ser agravados para os ricos e aligeirados para os pobres.

A reforma agrária acabará por impor-se, em breve espaço de tempo, à opinião democrática mais esclarecida, como solução indispensável para o desenvolvimento da agricultura, para o progresso social do País, para o melhoramento das condições de vida das massas trabalhadoras dos campos.

Diz-se que uma tal reforma não poderá ter lugar antes que as próximas eleições indiquem a vontade do nosso povo. Pensamos que isso não seria indispensável. Mas, se assim se considera, então lutaremos para que, votando em nós comunistas, o povo português vote por transformações radicais da situação nos campos. Vote pela Reforma Agrária indicada pelo Partido.

Camaradas:

Não só não será possível construir um regime democrático em Portugal sem uma política antimonopólio e antiflatifundiaria, como já hoje, para defesa da situação democrática e para vencer as dificuldades económicas, é indispensável impedir que os monopólios e latifundiários conspirem contra a ordem democrática e sabotem a economia portuguesa, procurando criar uma crise económica e um ambiente propício à contra-revolução.

O tempo acabou em que os monopólios e os grandes senhores da terra tinham um governo, uma Assembleia Nacional, uma Câmara Corporativa, uma PIDE, tinham as armas, os tribunais e as cadeias para cobrirem, protegerem e imporem a sua ignobil exploração do povo trabalhador, para cobrirem, protegerem e imporem toda a espécie de tráfico e ilegalidades em que assentava a rápida multiplicação dos seus capitais.

Esse tempo acabou.

És, recentes prisões dos grandes especuladores do BIP e da Torralta, recebidas com entusiasmo pelo povo português, devem ser entendidas como um sério aviso para aqueles que, sabotando a economia, pretendem criar dificuldades invencíveis à nossa jovem democracia em construção.

Não são porém só certos grupos monopolistas que procuram sabotar a economia. O mesmo têm feito e estão fazendo certos grandes agrários, que se julgam ainda reis e senhores de Portugal.

Eles recusam-se a fazer a colheita de produtos. Fazem entrar o gado em searas. Destroem cereal, tomate, azeitonas. Mantêm cada vez mais as terras incultas. Ao mesmo tempo recusam-se a cumprir os contratos colectivos de trabalho no dia seguinte a terem-nos assinado, despedem trabalhadores, semeiam o desemprego e a fome.

Trata-se de verdadeiros crimes contra o povo trabalhador e contra o nosso país, que importa milhões de contos de cereais, de carne, de lacticínios que, em grande parte, se poderiam produzir em Portugal e que se produziram no dia em que os destinos da agricultura estiverem entregues, não a umas escassas centenas de grandes agrários e grandes capitalistas, mas aos assalariados rurais e aos pequenos e médios agricultores, apoiados e defendidos pelo Estado democrático.

Tal como aos homens do BIP e da Torralta, impõe-se tomar

severas medidas contra aqueles que, com fins contra-revolucionários, sabotam nos campos a economia nacional, impedindo os de fazerem, entregar aos camponeses as terras que não cultivam, e, pelos seus crimes contra a economia nacional, dar-lhes o destino que foi dado aos sujeitos do BIP e da Torralta.

Camaradas:

É justo exigir do Governo medidas concretas e eficazes para a solução dos problemas da agricultura e da população trabalhadora dos campos.

Mas são os próprios operários agrícolas e os próprios pequenos e médios agricultores que têm de tomar nas suas mãos a defesa dos próprios interesses.

para fazê-lo com eficiência, têm de estar organizados.

Os assalariados rurais podem organizar-se em sindicatos agrícolas, que já hoje desempenham importante papel na defesa dos seus interesses de classe.

Quanto aos pequenos e médios agricultores, se é correcta a informação que possuo, aqui em Alpiarça, como noutras lugares do distrito, muitos pequenos e médios agricultores estão organizados na ALA, fazendo mesmo parte dos seus corpos gerentes.

Segundo parece, nesta região, a ALA apresenta-se em palavras muito democráticas e progressistas. Mas é necessário não deixar criar ilusões. A ALA é dirigida pelos grandes proprietários agrícolas, pelos grandes latifundiários reacionários, que querem servir-se de pequenos e médios agricultores para, no jogo dos contratos colectivos, serem um tampão entre os operários rurais e os grandes agrários. Mas não só isso. Os factos mostram que a ALA, pelo menos em certa altura, se meteu nas consipações contra-revolucionárias.

Quando da operação da «maioria silenciosa», a ALA chegou a projectar e a anunciar a convergência sobre Lisboa de tractores para participarem na manifestação. E não foi por acaso que na barreira do Tejo, um automobilista que fugiu ao «controlo» e foi alvejado e abatido por soldados da barreira, era nem mais nem menos que um dos principais dirigentes da ALA.

A ALA não é pois a organização que pode garantir a defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores.

A formação de ligas e associações de pequenos e médios produtores completamente independentes é o caminho justo para a defesa dos interesses da pequena e média lavoura, contra a exploração e a pressão dos agrários reacionários, pelo desenvolvimento independente da agricultura e da economia portuguesa.

Camaradas:

Já falei demasiado tempo e muita coisa ficou por dizer. Considero de particular interesse abordar aqui em Alpiarça os problemas do campo.

Não será necessário dizer que os outros problemas não estão esquecidos. Aqui em Alpiarça e na região não estamos menos atentos aos problemas dos operários industriais, dos empregados, dos artesãos, dos comerciantes, dos intelectuais, de todas as classes e camadas antimonopólios, que estão interessados na construção de um Portugal democrático.

A unidade de todas estas forças sociais e a unidade das forças políticas que lhes correspondem é essencial para assegurar a vitória final da democracia no nosso país.

É imperioso manter e reforçar a unidade da classe operária, das empresas, e nos sindicatos, sendo de particular importância no momento, em que se discute a nova lei sindical, a defesa da unidade sindical.

O Partido Comunista Português não poupará esforços para que esta unidade e estas alianças se reforcem de forma a permitir resolver as dificuldades nos meses mais próximos, de forma a assegurar posteriormente a construção da nova sociedade portuguesa, segundo as aspirações e a vontade do próprio povo português.

É imperioso o reforço da aliança do proletariado com o campesinato.

É imperiosa a cooperação dos partidos democráticos na ação comum.

É imperioso o amplo desenvolvimento das iniciativas das massas populares participando de forma activa e criadora no processo democrático.

É finalmente imperioso, decisivo e determinante, o reforço da aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas.

Viva o glorioso povo de Alpiarça!

Viva o povo trabalhador do Ribatejo!

Viva o Partido Comunista Português!

Álvaro Cunhal no comício da UEC

● Tem havido demasiadas condescendências e tolerâncias e é tempo de dar a resposta pronta e severa que a provocação e a desordem reacionária há muito exigem

● Na situação política democrática, a frequência das Universidades e das escolas em geral legitimam-se pelo aproveitamento do estudo

● Aprovamos a ideia de um Serviço Cívico estudantil que apareça, pelo menos no início dos cursos, como pedra de toque de mérito para frequência das Universidades

● No Portugal fascista, levantar o povo contra o governo era uma forma de luta revolucionária. No Portugal democrático de hoje, levantar o povo contra o Governo é uma actividade de essência contra-revolucionária

Camaradas:

Nos sete meses decorridos desde o 25 de Abril, a União dos Estudantes Comunistas deu uma contribuição positiva e valiosa para a aceleração do processo revolucionário. Pela sua actividade e pela coragem, transmitida à Comissão Central e a todos os militantes da UEC as fraternal saudações do Comité Central do Partido Comunista Português.

Tem este vosso comício lugar numa complexa situação existente na Universidade. Esta situação tem causas de fundo, causas objectivas, nas insuficiências do ensino, na falta de reforma democrática, em atrasos do saneamento e, no que respeita ao Poder, é necessário impedir uma tal desgraça.

E acrescentam que os comunistas preparam um assalto ao Poder e que é necessário impedir uma tal desgraça.

Naturalmente isto é posto a sério, a sério temos de responder.

E respondemos que, se os comunistas tomarem conta do Poder, ou, se se quiser, se os comunistas decidem os destinos do País, não só um metro que fosse de terra aos camponeses, como lhes entregariam mais terras do que aquelas que hoje possuem.

Há quem não acredite e pergunte onde iriam os comunistas buscar essa terra para entregar aos camponeses.

A resposta é também simples: através de uma reforma agrária,

uma vida escolar normal pelo menos no primeiro ano do ensino universitário.

Além das causas de fundo, a situação tem também causas subjectivas. É sabido que chantagistas e provocadores ganham de agravamento por cada cedência que encontram. Uma resposta firme logo que a chantagem se manifesta é a melhor forma de combater.

Se as acções provocatórias nas ruas de Lisboa em 4 de Novembro e outras acções que se seguiram, designadamente o sequestro e impunidade como ficaram, mas, pelo contrário, tivessem sido imediatamente respondidas que se impunha, não se teria

● O défice das Contas Gerais do Estado em 1973 foi de 2 470 000 contos.

● Francisco da Silveira Pinto, ex-legião e homem de confiança de Henrique Teixeira, foi acusado pela Secretaria de Estado das Pescas de um «desvio» de fundos de 1930 contos. Era, antes do 25 de Abril, administrador da empresa que editava a «Epoca» e a Delmar, director do «Diário de Luanda» e da empresa gráfica Orbis.

● O embaixador italiano Girolano Messeri não reassumirá as suas funções em Lisboa. Pediu «exonerar». Messeri apoiou sempre o fascismo e o colonialismo, e a sua intervenção em Roma a favor do regime deposto em 25 de Abril deu origem a um escândalo que provocou debates no Senado italiano.

● O ministro do Trabalho, capitão Costa Martins, recebeu uma delegação de emigrantes do Canadá que lhe entregou 181 contos, obtidos durante uma campanha de apoio ao MFA e ao Governo Provisório realizada entre trabalhadores portugueses residentes naquele país.

● O Estado emitirá em 1975 obrigações do Tesouro no valor aproximado de três milhões de contos. O juro será de 10 por cento.

● O seguro contra acidentes de trabalho vai ser reestruturado de forma a ser integrado no sistema de Segurança Social.

● O presidente da Junta de Freguesia de Gulpilhares, autarquia ainda não saneada, atingiu com um tiro de arma caçadeira um estudante de 16 anos quando esse jovem colava cartazes relativos ao comício do MDP no Pavilhão dos Desportos do Porto.

● Os mercados municipais de Lisboa permanecerão fechados nos dias de Natal e Ano Novo.

● O presidente Mobutu, do Zaire, fez-se representar no Congresso do Partido Socialista por Nguza Karl Bond, membro destacado do Partido Popular da Revolução, isto é o partido oficial daquele país africano.

● O Governo Provisório decidiu reconhecer a República Popular do Bangla, Desh e estabelecer relações de amizade com o Governo e o povo daquela nação asiática.

● A descolonização atingiu o desporto angolano. O Benfica do Lubango e o Futebol Clube de Luanda deixaram de ser filiais do Benfica e do Futebol Clube do Porto.

● Contrariamente ao que fora anunciado, os trabalhadores portugueses residentes na Suíça continuam a precisar de vistos consulares.

● Foi reduzido para três anos o tempo normal de serviço das praças incorporadas na Armada.

● O MPLA, num comunicado distribuído em Luanda, anunciou a expulsão de Daniel Chipenda do Movimento, acusando-o de estar implicado em tentativas de assassinato do camarada Agostinho Neto. O comunicado condena a abertura na capital angolana de uma delegação do grupo de Chipenda, definindo a iniciativa como uma «pretensão fraudulenta».

● Sessenta emigrantes portugueses refugiaram-se numa igreja de Gijón, em Espanha, depois de terem sido expulsos do bairro de lata onde viviam, após um mandado de despejo da justiça espanhola.

● O director-geral da Cultura Popular e Espectáculos seguiu para Moscovo a fim de efectuar conversações sobre o intercâmbio cultural entre Portugal e a União Soviética.

● O camarada Samora Machel, presidente da Frelimo, esteve na Roménia e na Bulgária em visitas de amizade. Na Bulgária, foi recebido pelo presidente do Conselho de Estado e primeiro-secretário do Partido Comunista Bulgaro, camarada Jivkov. Foi assinado um acordo de cooperação entre o PCB e a Frelimo para o período 1975-76.

● Nos dias 21 do corrente e 4, 18 e 25 de Janeiro e 22 de Fevereiro haverá voos especiais para os trabalhadores portugueses e seus familiares residentes na República Federal da Alemanha.

● O «Truda», órgão dos sindicatos soviéticos, publicou um artigo de Vladimir Bogatikov no qual o secretário do Conselho Central dos Sindicatos da URSS narra as impressões da sua visita a Portugal, fazendo as mais elogiosas referências à classe operária portuguesa.

● Foram suspensos preventivamente mais seis funcionários ligados à Direcção-Geral de Viação do Porto e Coimbra, em consequência de irregularidades que teriam cometido.

● O Governo atribuiu um subsídio de 1500 contos à Câmara Municipal de Oeiras para que possa fazer face a encargos resultantes da necessidade de alojar dignamente as vítimas do incêndio do bairro de barracas da Falagueira.

● O Serviço de Informação Pública das Forças Armadas esclareceu que, contrariamente ao que fora noticiado por certos jornais, «não se prevê ainda qualquer alteração à situação de Elmano Alves, Franco Nogueira e David Reis e Sousa» que continuam detidos.

● Por se ter provado que eram informadores da extinta PIDE/DGS foram demitidos sete funcionários da Universidade de Coimbra: Aníbal Cardoso, Manuel Seixas Marques, António Salgado Alves, Manuel Pinto Batista, Augusto Rodrigues, João Custódio dos Santos e Eduardo dos Santos Duarte.

● A comissão promotora do encontro dos antigos militantes do Movimento da União Democrática Juvenil organizará em breve um comício para o qual convida todos os elementos que estiverem ligados ao MUD Juvenil.

● Os oficiais, sargentos e praças do recrutamento dos três ramos das Forças Armadas, colocados ou a colocar em Moçambique, preenchem as vagas dos respectivos quadros metropolitanos, segundo um decreto publicado no «Diário do Governo».

● O comandante Pedro Pires, membro do Comité Executivo de Luta do PAIGC, foi recebido em S. Bento pelo Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves. A sua visita a Portugal está relacionada com o processo de descolonização de Cabo Verde.

● O Presidente da República, general Costa Gomes, dirigirá uma alocução ao País, no dia 25, pela Rádio e Televisão.

● «A força mais poderosa que ataca a independência de Angola é, todavia, o capitalismo internacional», declarou, numa entrevista à agência ADN, o almirante Rosa Coutinho, alto-comissário português em Angola.

● O camarada Agostinho Neto, presidente do MPLA, tornou-se membro do Conselho Assessor do Instituto do Terceiro Mundo, com sede na Universidade de Buenos Aires.

● Mediante aval da Comissão de Apoio às pequenas e médias empresas, estas poderão obter créditos até 1500 contos por operação, segundo despacho conjunto dos ministros da Economia e das Finanças.

● As aulas no Liceu de Beja foram suspensas por tempo indeterminado.

● Encontra-se em curso um inquérito ao Instituto de Reorganização Agrária (antiga Junta de Reorganização Agrária).

● Os alunos do Liceu Nacional de Oliveira de Azeméis exigem o saneamento do professor Matos Gomes, autor de uma série de livros em que faz o elogio de Salazar, de Caetano, do fascismo e do colonialismo.

● Os serviços públicos não essenciais não funcionarão na segunda-feira. Os bancos também permanecerão fechados, mas estarão abertos amanhã.

● José Maria Caetano, filho de Marcelo Caetano, foi suspenso do cargo de presidente do Instituto dos Téteis. Outros dois directores foram também afastados.

informação

O MPLA e a UNITA assinaram um acordo de cooperação

O presidente do MPLA, camarada Agostinho Neto, e o presidente da UNITA, Jonas Savimbi, chegaram a acordo, após um encontro efectuado na cidade do Luso, em Angola, sobre importantes problemas ligados às relações entre os dois movimentos e à descolonização e independência daquele país. O documento divulgado no final da reunião é o seguinte:

«As conversações iniciadas em 10 de Dezembro de 1974 entre as delegações do MPLA e da UNITA, respectivamente chefiadas pelos presidentes dr. Agostinho Neto e dr. Jonas Savimbi, debruçaram-se minuciosamente sobre a situação reinante em Angola, dando ênfase a busca de uma situação dos problemas da fase actual de descolonização. Considerando que a unidade dos movimentos de libertação de Angola é essencial à luta contra o colonialismo e o imperialismo e o instrumento de salvaguarda da independência nacional, tendo sempre presentes as manobras imperialistas que põem em causa a paz e a integridade territorial do país; considerando que a ingerência de interesses estrangeiros na vida política e a existência de uma reacção interna em Angola constituem uma ameaça à independência e ao desenvolvimento harmonioso da sociedade angolana; preocupados com o agravamento constante da situação económica de Angola e suas incidências sociais, o MPLA e a UNITA decidem: 1 — Pôr termo a toda a espécie de hostilidades e de propaganda que dificultem a colaboração franca e sincera entre as duas organizações. 2 — Estabelecer um clima favorável à cooperação estreita entre as duas organizações, da base ao topo, e ao respeito mútuo entre elas. 3 — Defender constantemente e em comum os interesses das massas trabalhadoras e camponesas, e lutar pela extinção de todos os vestígios do colonialismo. 4 — Criar em comum organismos a todos os níveis da sociedade angolana, tendentes a solucionar em locos os problemas relacionados com a vida das populações; criar em particular um gabinete de questões económicas que permita desde já estudar com os diferentes sectores interessados as causas e os eventuais remédios para ultrapassar a actual recessão económica. 5 — Não se intronizar nos assuntos internos das organizações signatárias deste acordo. 6 — Ter como objectivo fundamental o benefício das camadas mais exploradas do povo na reconstrução nacional e em todos os domínios. 7 — Procurar estabelecer em conjunto com a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), neste momento crucial da história do nosso povo, uma plataforma política comum que sirva de base à discussão com o Governo Português sobre a formação de um Governo de Transição. 8 — Opor-se tenazmente às manobras da reacção interna que visam perpetuar as relações injustas herdadas do colonialismo, perturbando assim a paz duramente conquistada após inúmeros anos de sacrifício. 9 — Combatir com vigor as manobras que atentem contra a unidade nacional e visem a secessão do país.»

Assinam o comunicado, pelo Comité Central da UNITA, o dr. Jonas Malheiro Savimbi, e pelo Comité Central do MPLA, o dr. António Agostinho Neto.

Durante breve encontro com os representantes dos órgãos de informação nacionais e estrangeiros, o camarada Agostinho Neto informou, no final, que a conferência cimeira sobre Angola não se realizará antes do dia 27 e não será em território angolano.

Bem-vindos sejam, irmãos emigrantes!

Milhares de emigrantes começaram a chegar a Portugal, a fim de passarem as férias com as famílias. Vêm também descobrir o novo Portugal, um país livre de que ouviram falar, sobre o qual receberam cartas, mas cuja verdadeira imagem ainda desconhecem. Contrariamente ao que a reacção interna procura espalhar e certa imprensa estrangeira tem afirmado, a maioria não reagiu contra o processo de democratização e contra a descolonização. Pelo contrário. O Ministério da Comunicação Social já desmentiu o fundamento dos boatos, segundo os quais os emigrantes estariam adoptando uma posição crítica em relação ao novo regime. Por uma análise de 3000 cartas enviadas às famílias, verificou-se que apenas 50 deixavam transparecer preocupação quanto ao futuro do País. Agora, na retomada de um contacto directo com Portugal, na descoberta de uma realidade que desconheciam, confirmaram-se que os emigrantes não estão com a reacção, não se deixaram envenenar pela propaganda da reacção, não criticam as Forças Armadas e o MFA.

Os órgãos mais responsáveis da própria imprensa burguesa europeia vinham reconhecendo aquilo que o povo português comprovava agora. Os nossos emigrantes nunca condenaram o 25 de Abril. O que sentiam sobretudo era uma curiosidade intensa em conhecer o significado, as características e o rumo da um processo revolucionário cujo dia-a-dia é deformado, quase sempre intencionalmente, pela maioria dos jornais europeus. Numa reportagem sobre o encontro de uma delegação de oficiais do MFA, na região de Paris, com trabalhadores portugueses, o diário «Le Monde» reconhece essa evidência e comenta-a, elogiando as «brigadas» do Movimento das Forças Armadas.

Os emigrantes compareceram em massa, ouviram, fizeram perguntas, dialogaram amigavelmente com os visitantes e confraternizaram com eles. Falou-se de reforma agrária, da situação dos desertores, da resistência militar ao fascismo, da guerra colonial, do 25 de Abril. No final, a atmosfera era de fraternidade, de entusiasmo. Após a representação de uma peça teatral, os emigrantes invadiram o palco e, misturando-se com os artistas e os oficiais do MFA, entoaram canções da resistência antifascista, dando vivas ao Movimento e à sua unidade com o povo. «Le Monde» fecha a reportagem com palavras de um oficial: «Não fizemos uma revolução para o povo, preparamos uma revolução com o povo.»

São os emigrantes que aplaudem esses oficiais que estão a chegar a Portugal. Sejam bem-vindos!

Intercâmbio comercial e turístico entre Portugal e a União Soviética

Em Moscovo prosseguiram nos últimos dias as negociações relacionadas com a conclusão do anunciado acordo comercial entre Portugal e a União Soviética e outros aspectos do intercâmbio económico e cultural entre ambos os países.

Enquanto o ministro soviético do Comércio Externo, Nikolai Patolichov recebeu o secretário de Estado para o Comércio Externo e o Turismo de Portugal, Vero Jardim, os especialistas portugueses de transportes iniciavam no Ministério da Fronteira Marítima da URSS conversações tendentes à assinatura de um acordo de navegação marítima. Simultaneamente, a questão das relações turísticas era debatida num encontro realizado na sede da Intourist.

A imprensa soviética deu especial relevo ao acordo sobre o tráfego aéreo, publicando declarações do ministro da Aviação Civil, Boris Bugayev. «A linha directa — afirmou — não só aproximarão os nossos países como oferecerá melhores possibilidades para o desenvolvimento de relações comerciais, culturais e turísticas. Promoverá — acrescentou — o desenvolvimento da amizade e da cooperação entre os nossos povos.» A linha Moscovo-Lisboa será assegurada conjuntamente por voos da Aeroflot e da TAP. A Aeroflot planeia realizar dois voos semanais, utilizando o novo jacto IL-62M que ligará as duas cidades em cinco horas.

Clarinadas de estupidez

O anticomunismo continua por esse país fora a ser cultivado amorsamente pela reacção mais obscurantista. Para certos jornais da província é o tema favorito, para outros o único. Entre eles figura «O Clarim», editado em Braga pelo padre Fernando Leite e que se intitula «O jornal da cruzada e das crianças de Portugal». Não sabemos de que cruzada se trata — até porque as cruzadas acabaram há sete séculos — nem que crianças são capazes de o ler. É uma estranha folha que se diria feita para gente de outro planeta. Dedicou-se a amontar citações falsas de Lenine, a elogiar o escritor apátrida Solzenitsyn, a insultar a União Soviética — sempre designada como Rússia — e a contar histórias de horror sobre um mundo onde os adultos devoram crianças. O jornalista destila peçonha anticomunista em cada uma das suas clarinadas. Mas a sua «cruzada», pelo seu próprio fanatismo, acaba por desatar o riso.

Um dos números que chegou à nossa redacção pública, uma história — além das habituals «citações» de Lenine, da carta de uma freira chateada, e de tudo o resto — que merece ser conhecida. É o drama vivido por uma comunista italiana que, na maternidade, não queria um crucifixo à cabeceira da cama. As enfermeiras, o médico, o director recusaram-se a retirar o crucifixo. «O Clarim», que inventou o nome da mãe, o diálogo e o estranho parto, inventou também um desfecho da tragedia: o menino nasceu cego.

Clarim final: «Que terrível castigo! A mãe não queria que o filho, ao nascer, visse o crucifixo, e não o viu porque nasceu cego. Os comunistas são assim.»

O anticomunismo é sempre primário e irracional. Mas em certas regiões de Portugal, alimentado por figuras que sonham com autos de fé e tribunais da Inquisição, bate todos os recordes de primarismo. Vai tão longe que deserta o riso.

Mais Pides em Caxias: um chefe de brigada e cinco informadores

Em Caxias aumentou o número de pides. Segundo uma nota do Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS e da Legião Portuguesa, deu entrada naquele forte:

Em 18 de Novembro, António Sousa, residente na Rua Luís de Camões, 112, 2.º, em Lisboa, o qual, usando o pseudónimo de «A. Sousa», prestava à PIDE-DGS informações sobre actividades do pessoal da Carris; em 27 do mesmo mês, Romeo Viegas Pereira, de 65 anos, natural de Olhão, soldado da Guarda Fiscal, e residente na Rua Garrett, 32, 1.º, em Peniche, que usava o pseudónimo de «António Gonçalves» e recebia inicialmente 350 escudos e passou mais tarde a receber 500 escudos mensais; em 9 de

dezembro, Jorge Dias Pereira, de 70 anos, casado, natural de Vila Franca de Xira, que usava o pseudónimo de «J. D. Pereira» e que era informador da PIDE-DGS e da Legião Portuguesa, deu entrada naquele forte:

Em 18 de Novembro, António Sousa, residente na Rua Luís de Camões, 112, 2.º, em Lisboa, o qual, usando o pseudónimo de «A. Sousa», prestava à PIDE-DGS informações sobre actividades do pessoal da Carris; em 27 do mesmo mês, Romeo Viegas Pereira, de 65 anos, natural de Olhão, soldado da Guarda Fiscal, e residente na Rua Garrett, 32, 1.º, em Peniche, que usava o pseudónimo de «António Gonçalves» e recebia inicialmente 350 escudos e passou mais tarde a receber 500 escudos mensais; em 9 de

dezembro, Jorge Dias Pereira, de 70 anos, casado, natural de Vila Franca de Xira, que usava o pseudónimo de «J. D. Pereira» e que era informador da PIDE-DGS e da Legião Portuguesa, deu entrada naquele forte:

Em 18 de Novembro, António Sousa, residente na Rua Luís de Camões, 112, 2.º, em Lisboa, o qual, usando o pseudónimo de «A. Sousa», prestava à PIDE-DGS informações sobre actividades do pessoal da Carris; em 27 do mesmo mês, Romeo Viegas Pereira, de 65 anos, natural de Olhão, soldado da Guarda Fiscal, e residente na Rua Garrett, 32, 1.º, em Peniche, que usava o pseudónimo de «António Gonçalves» e recebia inicialmente 350 escudos e passou mais tarde a receber 500 escudos mensais; em 9 de

dezembro, Jorge Dias Pereira, de 70 anos, casado, natural de Vila Franca de Xira, que usava o pseudónimo de «J. D. Pereira» e que era informador da PIDE-DGS e da Legião Portuguesa, deu entrada naquele forte:

Em 18 de Novembro, António Sousa, residente na Rua Luís de Camões, 112, 2.º, em Lisboa, o qual, usando o pseudónimo de «A. Sousa», prestava à PIDE-DGS informações sobre actividades do pessoal da Carris; em 27 do mesmo mês, Romeo Viegas Pereira, de 65 anos, natural de Olhão, soldado da Guarda Fiscal, e residente na Rua Garrett, 32, 1.º, em Peniche, que usava o pseudónimo de «António Gonçalves» e recebia inicialmente 350 escudos e passou mais tarde a receber 500 escudos mensais; em 9 de

dezembro, Jorge Dias Pereira, de 70 anos, casado, natural de Vila Franca de Xira, que usava o pseudónimo de «J. D. Pereira» e que era informador da PIDE-DGS e da Legião Portuguesa, deu entrada naquele forte:</p

RECENSEAMENTO: UMA TAREFA POPULAR CONTRA A SABOTAGEM ECONÓMICA NO SECTOR DA INDÚSTRIA TÊXTIL

É objectivo da Lei Eleitoral, claramente expresso no seu texto, a regulamentação das «primeiras eleições que, desde há dezenas de anos, vão efectuar-se no País com a intenção deliberada de apurar a vontade do povo, e a importância que, por virtude disso, pedagogicamente delas poderá resultar para a formação de uma consciência popular democrática não carece de demonstração».

Primeiro passo destas primeiras eleições é o recenseamento que decorre desde o dia 9 deste mês e se prolongará até ao dia 29. Prazo bem exiguo para uma operação política desta envergadura na qual deverão ser inscritos mais de cinco milhões e meio de portugueses. O facto de em muitas freguesias se ter verificado, a semana passada, falta de verbetes de inscrição vem tornar a questão dos prazos mais discutível. E há casos como o da freguesia de Campanhã, onde os verbetes, que faltavam já no dia 15, só voltaram a ser fornecidos no dia 18. Estes factos apontam para uma reflexão cuidadosa sobre os prazos estipulados. Mais do que uma questão formal a respeitar, está a garantia das condições de um recenseamento completo e honesto.

Necessidade da vigilância popular

Esta falta não deriva do Departamento Eleitoral do Ministério da Administração Interna, que fez distribuir cerca de 9 milhões de verbetes. Observou-se, porém, uma autêntica corrida aos verbetes desde o primeiro dia. A esta corrida não foram indiferentes os oportunistas e reacionários. Uns, «armazenando» verbetes para os vender a

\$50, o que constitui uma burla punível por lei. Outros, rasgando pelas ruas (nomeadamente no Porto) grande quantidade de verbetes.

Não são de espantar estes acontecimentos. A reacção não desarma e, quando lhe faltam outros instrumentos, joga pelo boicote, pelo boato, pelo oportunismo. Numa freguesia, em Lisboa, correu o boato de que «quem se recenseasse seria fuzilado quando o fascismo ocupasse de novo o Poder».

Este boato seria simplesmente ridículo se o crime não seasse sempre afrontoso, nomeadamente o crime contra a democratização e a vontade popular. Os saudosistas do regime fascista bem podem lamentar a sua frustração porque o fascismo está, para sempre, banido do Poder. São as suas reminiscências que é preciso combater firme e intransigentemente. A vigilância popular não pode deixar de exercer-se sob todos os aspetos que visem entravar o processo de recenseamento,

sejam quais forem os meios utilizados. Nada pode impedir que o recenseamento seja, de norte a sul do País, uma efectiva e consequente tarefa popular.

Esclarecimento político

Para tal, trabalham em todo o País cerca de 30 a 40 mil pessoas. A elas se juntam, diariamente, nas freguesias e postos de recenseamento, mi-

lhares de pessoas, em particular militantes dos partidos políticos democráticos. Esclarecendo dúvidas, ajudando a preencher os verbetes, explicando a importância do recenseamento no futuro do País, milhares e milhares de portugueses encontram-se empolgados em activar a participação popular, de que eles próprios são positivo exemplo.

O recenseamento é o primeiro e imprescindível passo para o voto. O voto é «uma arma do povo», para utilizar a feliz expressão da campanha pré-recenseamento lançada pelo Governo. Do modo como se der o primeiro passo, o da inscrição nos cadernos eleitorais, depende, em parte, a consciência com que vamos utilizar esta nossa arma.

Onde subsistir a ideia de que «nos devemos recensear porque é obrigatório e se o não fizermos seremos punidos» há que combate a através do esclarecimento político sobre o que é o voto democrático e como dele depende o saneamento da situação económica do País, o bem-estar, a felicidade do povo português e de cada um de quantos beneficiarão com a instauração de um regime democrático em Portugal, ou seja, todos aqueles que foram atingidos pelo fascismo.

É preciso que cada trabalhador, da cidade e do campo, compreenda que do recenseamento e do voto democrático depende a satisfação das suas legítimas aspirações. É preciso que levemos os pequenos agricultores, por exemplo, a compreensão de que a sua miséria não está na razão directa de uma má colheita provocada por menos chuva ou mais sol, mas que é consequência de uma política em que os seus interesses foram sacrificados ao domínio latifundiário.

Isto é fazer do recenseamento o que ele tem de ser: uma tarefa de todos os que sempre lutaram pela liberdade e pela democracia. Uma tarefa popular.

CONFERÊNCIA DOS CAMPONESES DO NORTE

Por iniciativa da Comissão do seu partido para o trabalho camponês no Norte, realiza-se, no próximo dia 29 de Dezembro, no Porto, no Liceu Rodrigues de Freitas (antigo Liceu D. Manuel II) na Praça Pedro Nunes, uma Conferência dos Camponeses do Norte sobre os seus problemas imediatos.

Participarão nela pequenos e médios agricultores, técnicos agrícolas e democratas interessados na solução dos agudos problemas com que se debate a agricultura particular, desmontado dez máquinas.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES DE UMA FÁBRICA DE BOTÕES EM GONDOMAR

Continua a reacção no sector têxtil do Norte do País, onde se sucedem os despedimentos sem justa causa e as manobras reacionárias do patronato, desde a redução das horas de trabalho ao não cumprimento dos acordos colectivos de trabalho, passando por tentativas de divisão dos trabalhadores. Embora se tenha notado um recuo nas manobras para encerramento de empresas, os trabalhadores têxteis intensificam a sua luta contra qualquer que seja o tipo de sabotagem económica detectada nos seus locais de trabalho. Segundo a direcção do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Distrito do Porto, foram detectadas reuniões de pa-

trôes reacionários de Espinho, que têm procurado fomentar a reacção, pondo os trabalhadores contra o seu próprio sindicato. A direcção lançou um alerta a toda a classe trabalhadora para que se mantenha vigilante e denuncie as intenções sabotadoras do patronato, já que o Sindicato segue atentamente os passos desse patrão de cujas intenções já avisou o Ministério do Trabalho.

Um exemplo das intenções reacionárias de alguns patrões da indústria têxtil vem-nos da fábrica de meias Adelino Pais & Filho onde as suas 50 trabalhadoras redobraram os esforços contra os processos utilizados pela entidade patronal que, além

de ter reduzido dois dias à labração semanal, despediu trabalhadoras sem justa causa e retirou cerca de 25 máquinas que até agora funcionaram sem falta de trabalho.

A produção foi reduzida com segundas intenções

As trabalhadoras desta empresa sofrem desde Maio ameaças de toda a espécie, depois de terem exigido da entidade patronal o cumprimento dos seus deveres relativamente ao cumprimento do período de férias e respectivos subsídios. Sobre o clima de terror que se vive nesta empresa, fala-nos a trabalhadora Maria Rosa de Oliveira, delegada sindical:

— Além das ameaças de despedimentos o patrão reduziu os dias de trabalho para só trabalharmos 4 dias e estamos cheias de trabalho, porque esta empresa tem uma grande produção, que aumentou depois do 25 de Abril. Portanto, esta decisão, que vai contra os interesses do País, só se compreende porque tem segundas intenções.

Trata-se de uma represátil aos trabalhadores que querem ver os seus direitos satisfeitos. A partir das nossas férias, em que o patrão se viu obrigado a dar-nos os dias que por natureza já tínhamos conquistado, disse-nos que só havíamos de trabalhar 4 dias e tínhamos de nos calar, porque senão era muito pior, porque para ele já tinha que chegar, e para o seu sócio também. Isto significa muita coisa!

Esta operária trabalha há doze anos na empresa Adelino Pais & Filhos, foi eleita para a comissão de trabalhadores e denunciou as manobras que se verificam na sua empresa, onde depois da redução proposta dos dias de trabalho houve a denúncia de um turno de trabalho clandestino para substituir as quebras de produção. A trabalhadora denuncia:

— O patrão negou tudo no Ministério do Trabalho, mas todas sabíamos do turno clandestino a trabalhar aos sábados, para assim nas nossas férias fazer face à necessidade de produção que o patrão sabia muito bem não poder reduzir. Depois surgiram os castigos de três ou quatro dias de suspensão a quem fosse apinhada a comer maca, e só por estar a comer uma maca foi para casa uma trabalhadora gravida. Ela produzia o suficiente para se dar ao luxo de comer uma maca e o patrão deu-lhe um castigo deste género só para nos mostrar que ele é que mandava no que queria.

— Nesta empresa tudo se faz contra o trabalhador!»

As operárias de Adelino Pais & Filhos organizam-se e tomam as suas posições, que entretanto estendem através da comissão sindical. Apoiam-se no Sindicato dos Trabalhadores Têxteis e Láminas, para que a união de todo o pessoal seja a sua maior arma contra a entidade patronal, que vergonhosamente não hesita em utilizar pelo menos um trabalhador menor que, por 70\$00 diárias, executa tarefas de competência de um maquinista, contra a sua vontade. A delegada sindical, Maria Rosa de Oliveira, mostra a sua indignação e repúdio pela reacção que se mantém na sua fábrica, e afirma:

— Tudo se passa na empresa contra o trabalhador. É o patrão que não paga com as ameaças de que vai despedir toda a gente, são as suspensões e até os maus tratos, pois um dia o patrão roubou bater na trabalhadora Lucinda Nogueira quando ela disse que lhe era impossível fisicamente aumentar ainda mais a produção que lhe competia, já que estava a dar o máximo. Perante isto, como é que se pode compreender que passado pouco tempo de dizer que tínhamos de trabalhar no máximo, reduzido pelo menos 4 dias e com isso a gente não pode viver!

MULTINACIONAL INGLESA TENTA A VIA DOS DESPEDIMENTOS

A Administração da firma e a Comissão de Trabalhadores para negociações no sentido de se chegar a um acordo.

A Comissão poderá alargar o seu estudo às Sociedades Costain — Serviços Técnicos de Construções, Lda. e Costimar — Empresa de Financiamentos Turísticos do Algarve, Lda., pertencentes, como a Vale do Lobo ao grupo inglês Costain.

Não se pode permitir que grandes empresas com negócios espalhados pelo Mundo resolvam, arbitrariamente, fazer despedimentos colectivos. Não se pode permitir que não se dignem sequer ouvir os trabalhadores, tentando ignorar as responsabilidades que adquire uma empresa com um número tão elevado de pessoas ao seu serviço. A intervenção governamental deve provar mais uma vez que os sacrifícios exigidos pela reconstrução económica nacional não podem recair apenas sobre os trabalhadores. É tempo de obrigar o capital estrangeiro, aliado dos grupos monopolistas nacionais, a não sacrificar o emprego de centenas de trabalhadores para defender o nível dos lucros que atingia durante o fascismo.

TRABALHADORES DA SOREL LUTAM CONTRA A REACÇÃO

Do caderno reivindicativo apresentado pelos trabalhadores da Sorel à administração da empresa, em Maio passado, constam três pontos considerados fundamentais em que esta se nega a ceder: a exigência de que os próprios são positivo exemplo.

lição das gratificações especiais que a administração distribui apenas a meia dúzia de escolhidos e cujo montante serviria para compensar o subsídio de alimentação; o saneamento de três indivíduos todos eles chefes e que sempre se mostraram repressores dos trabalhadores e autênticos polícias da empresa. Como a administração procurasse por todas as formas adiar a solução do problema, os trabalhadores resolvem recorrer ao Ministério do Trabalho. Nas reuniões realizadas a administração desmascarou-se completamente, aparecendo com uma posição de força, intransigente e provocatória a dignidade dos trabalhadores. Posição esta que vem na sequência de actos repressivos na própria empresa, como é o caso, por exemplo, do patrão — sr. Carlos Rodrigues — ter arrancado e rasgado uma circular do sindicato intitulada: «Desmascaramos os reacionários fascistas», que o delegado sindical dos motoristas tinha afixado no local de trabalho, assim como levantando todos os entraves à actuação da comissão sindical e assumindo attitudes de autêntico ditador na firma, secundado pelos seus lacaios, os três chefes cujo saneamento é pedido.

Unidos venceremos

Os trabalhadores da Sorel, conscientes das manobras provocatórias, antideomocráticas e antinacionais levadas a cabo pela administração que, negando as reivindicações mais elementares, pretende lançar o descontentamento e a instabilidade entre os trabalhadores, a fim de los lançar contra o Governo Provisional, estão dispostos a continuar a luta por todos os meios ao seu alcance pelas suas justas reivindicações, denunciando todas as manobras reacionárias da administração.

A luta na Sorel é a luta que dia a dia travam todos os trabalhadores. Mas nada poderá vencer a força dos trabalhadores unidos e organizados. Nada poderá vencer a força do trabalho. Os trabalhadores estão alerta.

Participarão nela pequenos e médios agricultores, técnicos agrícolas e democratas interessados na solução dos agudos problemas com que se debate a agricultura particular, desmontado dez máquinas.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.

A participação nesta conferência não implica qualquer compromisso de aderência ao PCP, mas simplesmente participar na discussão e procurar soluções de carácter mais urgente e imediato para os problemas da agricultura que exigem pronta resposta.</p

- Em Cuba, mais de 750 000 trabalhadores frequentarão em 1975 faculdades operárias-campesinas.
- O general Pinochet, depois de proibir Cervantes, proibiu Beethoven. A Nona Sinfonia não poderá mais ser executada no Chile, por ordem da Junta Militar fascista.
- Dale Rush será candidato às eleições presidenciais americanas de 1976, pelo Partido Americano pela América. Trata-se de um partido fundado pela organização, terrorista e racista Ku-Klux-Klan, cuja plataforma política prevê a deportação para África do maior número possível de negros.

- Segundo José González Navarro, dirigente sindical venezuelano, companhias petrolíferas e mineiros norte-americanos estão a preparar a sabotagem das medidas tomadas pelo Governo da Venezuela para nacionalizar os recursos naturais do país.

- O secretário-geral da NATO, Joseph Luns, confessou estar «profundamente inquieto» pelo facto de a Grã-Bretanha ter reduzido as suas despesas militares. Luns é um adversário ferrenho do desarmamento.

- Nos termos de um acordo assinado entre Cuba e a Espanha, as trocas comerciais entre os dois países deverão atingir em 1975 mais de 22 milhões de contos.

- A aviação israelita voltou a bombardear território libanês. Foram abatidos dois dos oito aviões atacantes.

- A Justiça boliviana, recusou a extradição de Klaus Altmann, criminoso de guerra, responsável, como chefe da Gestapo em Lyon, pela morte de centenas de patriotas franceses.

- A Assembleia Geral das Nações Unidas pediu novamente à Grã-Bretanha que adopcie as medidas necessárias para pôr termo ao regime ilegal e racista da Rodésia.

- As repetidas violações dos Acordos de Paris pelo Governo fantoche de Saigon criaram uma situação grave no Sul do Vietname. Nos últimos dias travaram-se violentas batalhas na região de Tay Ninh, onde as tropas de Van Thieu atacaram a base de Phuoc Ho, defendida por forças do Governo Revolucionário do Vietname do Sul.

- As principais nações exportadoras de petróleo aumentaram o preço das rãmas em 38 centavos de dólar por barril. A medida entrará em vigor a partir de 1 de Janeiro.

- O presidente do Soviete Supremo da URSS, camarada Nikolai Podgorny, convidou a presidente da Argentina, María Estela de Perón, a visitar a União Soviética.

- Numa entrevista ao diário «Abend Zeitung», da República Federal da Alemanha, o arcebispo de Recife, D. Hélder Câmara, declarou que o Governo brasileiro continua a submeter à tortura os presos políticos.

- Segundo as estatísticas da OCDE, o número de desempregados nos 9 países da Comunidade Económica Europeia, atinge presentemente 4 milhões, isto é 4 por cento da população trabalhadora.

- Em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, uma Igreja católica foi invadida pela Polícia que revistou também a residência do bispo local.

- No Peru, foi criada uma Junta de Vigilância cinematográfica. Objectivo: permitir apenas a exibição de filmes que valorizem culturalmente as massas. As fitas pornográficas e as que exaltam a violência serão eliminadas dos programas.

- Em Boston, os liceus e escolas da minoria negra, foram encerrados, em consequência de graves conflitos raciais, provocados pelos estudantes brancos e pelas suas famílias.

- Chegou a Bissau uma equipa de médicos búlgaros e jugoslavos para trabalhar na jovem República africana.

- Seguiu para Argel uma delegação bancária da República da Guiné-Bissau, presidida por Vítor Monteiro, governador do Banco Nacional. A iniciativa está relacionada com a futura subtituição no país do escudo português pela moeda nacional, o «peso». As normas que regulam a compra e venda de moeda estrangeira continuam em vigor, mas a importação e exportação de notas da Guiné, emitidas pelo Banco Nacional Ultramarino, foram proibidas.

- A embaixatriz da RDA em Bissau, Eleanor Schmidt, fez entrega ao Governo da Guiné-Bissau, de 11 toneladas de géneros alimentícios oferecidos pelo seu país.

- Visitou Bissau uma delegação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, presidida pelo administrador adjunto e director para África, Michel Doochingen. O PNUD vai abrir uma delegação em Bissau para coordenar a ajuda à jovem República e a Cabo Verde.

- Soldados australianos foram utilizados como cobasias durante a Segunda guerra Mundial, em experiências secretas com gases tóxicos, segundo revelou o ministro dos Antigos Combatentes, John Wheeldon. Dos 1000 homens submetidos a essas experiências muitos ficaram com a saúde arruinada.

- Na opinião do senador Edward Kennedy, o desemprego poderá atingir em 1975, nos Estados Unidos, a taxa de 9%.

- Na Tailândia, em 1972, morreram de fome 50 000 crianças.

- O presidente do Zaire, general Mobutu Sese, está em Pequim, em visita oficial à China. O «Diário do Povo», comentando a presença de Mobutu, salientou que nos últimos tempos as relações entre os dois países «se desenvolveram e reforçaram de modo satisfatório».

- A provável revalorização das reservas de ouro proposta pela França aos Estados Unidos, provocou alegria na África do Sul. O valor das reservas sul-africanas quadruplicar-se-á a medida se concretizar.

- Segundo o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, o défice da balança de pagamentos norte-americano atingirá este ano 125 milhões de contos.

- Nos Estados Unidos, o Pentágono reconhece que «a conjuntura actual é boa para os fabricantes de armas». As encendas das nações estrangeiras às grandes fábricas de material de guerra — principalmente de países pobres e atrasados — ascendem a bilhões de dólares.

- O Secretário-Geral do PAIGC na Cidade da Praia, informa que foram presas, na capital de Cabo Verde, dez pessoas «implicadas num plano que visava a liquidação física dos dirigentes do Partido».

- A taxa de inflação no Canadá, atingiu em Novembro 12 por cento, o índice mais alto desde o final da Segunda Guerra Mundial.

- A Arábia Saudita deixou de aceitar a libra esterlina como moeda de pagamento de compras de petróleo. Uma medida idêntica fora tomada pouco antes pelo Kuwait.

- O Conselho de Segurança, aprovou uma resolução que prolonga por mais seis meses a permanência da força de paz das Nações Unidas em Chipre.

- A Assembleia Geral das Nações Unidas pediu aos governos da Grã-Bretanha e da Espanha que reconheçam as negociações sobre o estatuto de Gibraltar.

- Jimmy Carter, governador do Estado racista da Geórgia, candidatou-se à investidura pelo Partido Democrático para as eleições presidenciais americanas de 1976.

- O camarada Charilaos Florakis, falando no Parlamento de Atenas em nome do Partido Comunista Grego, declarou que o programa apresentado pelo primeiro-ministro Karamanlis não corresponde de maneira alguma às aspirações do povo.

- O Governo da Birmânia, instituiu o estado de emergência e o recolher obrigatório.

- A organização terrorista Aliança Anticomunista Argentina AAA dirigiu ameaças de morte a vários membros do Comitê Central do Partido Comunista Argentino: os camaradas Oreste Ghioldi, Rubens Iscaro, Florinda Moretti, Fernando Nedra, Ricardo Clementi e Túlio Santos. Os deputados comunistas Jesus Mira e Juan Dominguez receberam idênticas ameaças.

- O Governo da Costa Rica determinou a abertura de um inquérito para apuramento das responsabilidades que cabem à junta fascista chilena numa conspiração montada por elementos direitistas que teriam comprado armas com a ajuda financeira do exército militar de Pinochet.

informação

O poderio da Marinha Soviética e os caixeiros-viajantes da morte

Reunidos em Bruxelas, os ministros da Defesa da NATO discutiram longamente a capacidade militar da União Soviética e, particularmente, da sua Marinha que acusam estar «presente e em força em quase todos os mares do Mundo». Um documento divulgado na capital belga salienta que os países da NATO registram que a URSS e os seus aliados dispõem hoje de um poderio militar que excede em muito os requisitos de auto-defesa. Os ministros da Defesa manifestam a sua preocupação por esse facto e são de opinião de que as forças da NATO na Europa não devem ser reduzidas nos tempos mais próximos.

O secretário norte-americano da Defesa, James Schlesinger, significativamente, aconselhou as nações europeias a utilizarem de preferência aviões de combate fabricados nos Estados Unidos para reforçarem os seus dispositivos militares, em vez de adquirirem um «equipamento mais dispendioso e menos eficiente» produzido na Europa.

Os debates que se travaram nas reuniões da NATO precisam sempre ser traduzidos em linguagem comum para que o povo possa entender o seu significado. As acusações feitas à União Soviética pelos ministros da Defesa, em Bruxelas, por exemplo, pecam por um cinismo evidente. É verdade que a Marinha soviética está hoje presente em quase todos os mares do mundo e que o seu poderio é uma realidade. Mas nunca os chefes militares da OTAN esqueceram que a Armada dos Estados Unidos esteja presente em quase todos os mares com idêntico poderio. A alusão à «autodefesa» é simplesmente ridícula. Nunca a Marinha soviética foi utilizada em actos de agressão contra qualquer povo. A sua presença nos oceanos constitui justamente uma garantia para as pequenas nações do Terceiro Mundo ameaçadas ou agredidas por potências imperialistas. Os marinheiros e os fuzileiros soviéticos nunca desembocaram como inimigos em qualquer país, a aviação naval soviética nunca descarregou bombas sobre as cidades e, os campos de nação alguma desde a segunda guerra mundial. Outro tanto não se pode dizer dos «marinheiros» americanos, dos pilotos da US Navy. No último quarto de séc. a Marinha norte-americana foi protagonista de uma infinidade de intervenções militares em países estrangeiros que caracterizaram uma série de agressões contra povos pacíficos. Porventura foram operações de autodefesa os bombardeamentos das duas Coreias, do Vietname, do Laos, do Cambodja, ou os desembarques de fuzileiros no Líbano e na República Dominicana? Que significado têm para a «autodefesa» dos Estados Unidos as manobras constantes das esquadras americanas nas costas da América Latina, que significam têm para a «autodefesa» da grande República anglo-saxónica a presença insolente dos seus fuzileiros em território cubano, na base de Guantánamo?

A verdade incondita por Washington é outra. Para o imperialismo americano, a escalada militar e os negócios formam um todo único. O apelo de James Schlesinger para que os seus aliados na NATO adquiram aviões americanos é muito esclarecedor. E quando esconde com o rabo de fora, como diz o povo. Os EUA querem vender 350 aviões moderníssimos à Noruega, à Bélgica, à Holanda e à Dinamarca. E enfrentam, no momento, a competição da França. E uma luta de mercadores da morte na disputa de um negócio de 50 milhões de contos. Um negócio que nos anos seguintes renderá, com os contratos futuros, a astronómica quantia de 500 milhões de contos ao país que levar a melhor. Os EUA e a França são aliados na NATO. Mas rivais no mundo dos negócios. Vender aviões a pequenos países que não precisam desses instrumentos de destruição e morte é, agora, o seu objectivo.

Nas solenes reuniões da NATO, os ministros da Defesa preferem, porém, falar do poderio da Marinha soviética. É hipocrisia de mais.

A Guiné-Bissau precisa de professores portugueses

No ano lectivo de 1974-75 matricularam-se nas escolas primárias da Guiné-Bissau 60 000 alunos. No ciclo preparatório, o número de matrículas foi de 4211, no ensino liceal de 2040 e no ensino técnico de 564.

Os serviços de Educação da jovem nação africana contam presentemente com 1505 docentes para atender as necessidades do ensino primário. Para o ciclo preparatório as disponibilidades são de 94 professores, o liceal de 60 e para o técnico de 30.

A independência e a paz abriram ao povo da Guiné-Bissau grandes possibilidades no terreno da educação e da cultura. Aquilo que o colonialismo não fez em quatro séculos de opressão está a ser feito agora pelos dirigentes do Estado guineense e pelo PAIGC. A obra realizada durante a guerra nas zonas libertadas pelo PAIGC constitui uma experiência muito valiosa no campo educacional. Mas os problemas são hoje outros e só poderão ser resolvidos satisfatoriamente se a Guiné-Bissau contar com a necessária ajuda externa. No que diz respeito a instalações, a transformação de antigas casernas do exército português em escolas permitirá aos responsáveis pela Educação encontrar soluções para as dificuldades decorrentes da grande expansão do ensino. Mas a carência de professores, particularmente liceais, cria problemas muito complexos. Para mais de 2000 alunos há apenas 60 professores, muitos dos quais não podem ser utilizados em tarefas docentes, pois deverão ocupar-se de aspectos ligados à reforma de um ensino que deixou de corresponder às exigências da jovem República. E nesse sentido que a cooperação portuguesa assume uma grande importância. A Guiné precisa de professores portugueses. Os primeiros são esperados em breve em Bissau ao abrigo do acordo assinado recentemente em Lisboa durante a visita do Comissário da Educação e Cultura da Guiné-Bissau, Mário Cabral, ao nosso país.

Derrota dos racistas da Rodésia vitória dos povos africanos

O governo ilegal da Rodésia mudou de tática. Num discurso definido como dramático pela Imprensa burguesa do Ocidente, o primeiro-ministro Ian Smith enunciou, no dia 11, que chegara a acordo com os movimentos nacionais sobre a abertura de negociações e o cessar-fogo. Afirmou então que as actividades dos combatentes do ZANU e do ZAPU — os dois principais movimentos que se batem pela independência do povo Zimbabwé — haviam sido suspenso, que cerca de uma centena de presos políticos seriam libertados e que, em data a fixar, se realizará uma conferência para solução do problema rodésiano.

Ndabangini Sithole e Joshua Nkomo, os dois destacados dirigentes do ZANU e do ZAPU foram realmente libertados. Mas, logo que recuperaram a liberdade, rectificaram as declarações enganosas de Ian Smith. Sithole, levado em ombros pelo povo entre canticos, esclareceu que a aceitação de negociações sem condições prévias não significava o cessar-fogo. «Antes dos dois principais movimentos que se batem pela independência do povo Zimbabwé — haviam sido suspenso, que cerca de uma centena de presos políticos seriam libertados e que, em data a fixar, se realizará uma conferência para solução do problema rodésiano.

É oportuno recordar que as Forças Armadas não têm no Uruguai nem tradição, nem prestígio. Antes da escalada repressiva desencadeada pelo ex-presidente Pacheco Areco em 1971, o Exército tinha pouco mais de 4000 homens e a Marinha e a Aeronáutica eram armas simbólicas. Hoje, as Forças Armadas do Uruguai contam com mais de 25 000 homens e dispõem de um moderníssimo armamento.

São forças equipadas e treinadas com um único objectivo: a repressão interna. Os membros desse exército anticolonial foram agora magistralmente retratados, em poucas palavras, pela revista argentina «Crise»: «Por ali andam esses militares desfarçados. Sim, com esses trajes verdes, beje e castanho, todos com desenhos e ramos no capacete. Come se Montevideu fosse uma cidade na selva. Desfarçados com alguns uniformes oferecidos pelos americanos. Sobras da guerra do Vietname. Em Montevideu, que é uma cidade cinzenta, no meio daqueles tons pastel, esses tipos destacam-se como se fossem fosforescentes.»

E contra a ditadura fascista, contra o imperialismo, contra esse exército estrangeiro que o povo do Uruguai luta.

Educação e analfabetismo no Brasil

A ditadura brasileira preocupa-se muito com a sua imagem externa. O regime gosta de se apresentar como democrático e humanista e investe grandes quantias na propaganda do seu «modelo de desenvolvimento», apontado como exemplo que os países do Terceiro Mundo deveriam seguir. Isso, apesar de uma dívida externa de 20 milhões de dólares (cerca de 500 milhões de contos). Mas não é apenas no terreno da economia que o governo do general Ernesto Geisel deseja ver as suas «soluções» imitadas por outros países. No campo educacional também se joga em condições de oferecer os seus préstimos. É muito significativo que o comunicado conjunto divulgado no final da visita do chanceler Azeredo Silveira a Portugal inclua uma referência às «técnicas de alfabetização de adultos, utilizadas actualmente no Brasil».

As técnicas de alfabetização de adultos utilizadas no Brasil são, infelizmente para o povo brasileiro, tão pouco recomendáveis que, em 1973, durante uma conferência internacional sobre temas educacionais, foram vivamente criticadas pela maioria dos delegados estrangeiros e rejeitadas na totalidade, como retrógradas e ineficazes, pelo representante do Peru.

Como a reunião se realizou no Brasil, a Imprensa de São Paulo e do Rio publicou essas críticas e reconheceu o seu fundamento. O jornal conservador «O Estado de S. Paulo» denunciou, então, uma série de fraudes, citando casos em que, durante cerimónias oficiais, os adultos recebiam diplomas — entre aplausos — que comprovavam que não tinham concluído os seus cursos, isto é, de que «continuavam a ser analfabetos». Não parece pois aconselhável que o MEC se inspire na experiência brasileira.

Na realidade, o Brasil é o país latino-americano que menos recursos destina à educação. Em 1968 gastou apenas 7,7% do orçamento com o ensino; em 1972, 5,62%; em 1973, 5,21%; e este ano, 5%. Em 1975, 24%, apesar do sensível aumento da produção de bauxite. Atribuindo a crise do desemprego às manobras dos monopólios norte-americanos, Mainey sublinhou que as massas jamaicanas têm manifestado repetidamente o desejo de ver a Jamaica transformada numa sociedade socialista. Os parlamentares da oposição não gostaram e abandonaram a sala, alegando que Mainey estava violando a Constituição.

A Jamaica foi durante séculos um feudo do imperialismo britânico. Depois, conquistada a independência política, tornou-se uma quinta do imperialismo americano. Quatro grandes empresas dominam a economia nacional: a Kaiser, a Alcan, a Alcoa (canadiana) e a Reynolds. Em 1973 o lucro da primeira foi de 775 000 contos; no ano corrente já ganhou 2 170 000 contos. Quanto à Alcan, os lucros subiram de 13 500 000 contos para 32 500 000 contos (em nove meses). Os números, os números, no mesmo período, foram de 1 850 000 contos e 3 450 000 contos.

É essa festa de milhões acumulados à custa do trabalho e das riquezas do povo da Jamaica que começou a terminar com o controlo da Kaiser. Washington não gostou e a reacção local também não.

A Jamaica tem agora um Governo de tendências progressistas. Vai associar-se ao México e à Venezuela para fundar com esses países uma empresa destinada a explorar a bauxite.

A Jamaica defende as riquezas nacionais

O Governo da Jamaica assumiu o controlo da Bauxita Kaiser Alumina Corporation, ao adquirir 51% das acções daquela empresa americana. Ao anunciar na Câmara dos Deputados a decisão do povo jamaicano, o primeiro-ministro, Michael Manley, definiu o capitalismo como um sistema fracassado, esclarecendo que «os seus dias estão contados

QUÍMICOS E PLÁSTICOS

ASSEGURAR A LIVRE DECISÃO DOS TRABALHADORES

No próximo dia 22, pelas 9 horas da manhã, na Voz do Operário, realiza-se uma assembleia do Sindicato dos Operários das Indústrias Plásticas e Similares do Distrito de Lisboa, com um único ponto na ordem de trabalhos: deliberar sobre a integração ou não no Sindicato dos Químicos.

A realização da assembleia, a que presidirão elementos das Forças Armadas, com a assistência de dois representantes do Ministério do Trabalho, foi determinada, em 12 do corrente, por despacho do titular daquela pasta, cap. Costa Martins, depois de se terem verificado, nos últimos meses, situações confusas, criadas sobretudo por corpos gerentes do Sindicato dos Químicos, que não cumpriram com o que ficara estipulado num comunicado que assinaram livremente com a direção do Sindicato dos Plásticos, nomeadamente no sentido de uma fusão ou integração dos dois sindicatos ser decidida em assembleias gerais, realizadas separadamente, para cada uma das massas associativas.

Em fins de Outubro, uma assembleia realizada pelo Sindicato dos Plásticos, decorreu tumultuosamente, com trinta trabalhadores feridos. Apurou-se que, para os incidentes, muito contribuiu a ingérvia de elementos do Sindicato dos Químicos (interessado na integração pura e simples) que perturbaram os trabalhos, pelo que a assem-

SITUAÇÃO AFLITIVA DOS TRABALHADORES

• O GOVERNO NOMEOU UMA COMISSÃO DE INQUÉRITO

A Imprensa tem noticiado largamente a situação angustiosa com que se debatem cerca de dois mil trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira (seção do Tramagal), e que se presume, em termos imediatos no facto destes não terem recebido os salários correspondentes



METALÚRGICA DUARTE FERREIRA (TRAMAGAL)

REFORÇA-SE A SOLIDARIEDADE NA CLASSE DOS MOTORISTAS

Após o 25 de Abril, podemos dizer que entre a movimentação dos trabalhadores se destaca pela unidade e organização demonstradas a classe dos motoristas, ador-mecida sob a repressão fascista e sob a exploração de um patronato que, com exclusão de alguns pequenos e médios empresários, persiste na violação dos direitos alcançados pelos trabalhadores. Dos últimos passos por uma classe que, de Norte a Sul do País, abrange milhares de trabalhadores passamos a dar notícia.

Horário movimenta vinte mil motoristas

Cerca de vinte mil motoristas dos sindicatos do Porto, Viseu, Vila Real, Braga, Mirandela, Viana do Castelo e Aveiro iniciaram um movimento de protesto pelo facto das empresas (e curiosamente só as grandes empresas...) se recusarem a aceitar as reivindicações de um horário de trabalho de 8 horas diárias. O patronato recusa entrar em acordo contrapondo o esquema seguido até agora, pelo qual os motoristas podem trabalhar num dia, 6 horas, e no outro, 10 horas. Paralelamente a esta intransigência não compartilhada pelas pequenas empresas e grande patronato da indústria de táxis tem violado os contratos colectivos, nomeadamente no relativo à questões salariais e aos efeitos retroactivos e no pagamento do décimo terceiro mês, que tem de verificar-se até ao dia de hoje.

Os sindicatos, face a este boicote, diligenciam junto do Ministério do Trabalho para a criação imediata de um corpo de fiscalização que faça cumprir os contratos e manifestam a disposição de empreender uma greve até que as entidades patronais respeitem o horário das 8 horas. De salientar que esta greve, a ser necessária, a sua realização não se verificará durante as horas de ponta, de modo a não prejudicar a população trabalhadora e conquistar a sua solidariedade.

De imediato os motoristas do norte, segundo orientação sindical, devem cumprir integralmente o horário de trabalho, mencionando as horas extraordinárias com as percentagens previstas na lei.

Mil e quinhentos motoristas aprovam sindicato vertical

No plenário realizado na Voz do Operário, no passado dia 13, cerca de 1500 motoristas aprovaram uma proposta no sentido da verticalização do sindicato, que passará a denominar-se Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa, passando a reunir também cobradores e ajudantes de motoristas. Será estabelecido contacto com a organização sindical destas classes, a fim de elas decidirem a aprovação ou rejeição da proposta aplaudida pelos motoristas.

Entretanto, a mesma assembleia decidiu unanimemente o afastamento do sindicato dos elementos Agostinho Pereira (membro da defunta ANP) e Vital José Gonçalves que, através de uma

ao mês de Novembro. O Governo, através do Ministério do Trabalho, distribuiu mil e seiscentos contos para acudir às necessidades prementes dos trabalhadores, particularmente dos operários. No entanto, coube aneas a cada um cerca de 950 escudos, o que é uma gota no oceano de faltas que atingem milhares de famílias.

O comércio do Tramagal, entretanto tem negado o crédito a estas famílias, o que revela incomprensão por parte dos comerciantes que correm o risco de serem acusados de, consciente ou inconscientemente, estarem a fazer o jogo da reacção cujos lances são sempre contra as camadas trabalhadoras.

Por sua vez, também o comércio local é atingido pelo problema que atinge os trabalhadores, pois estes reconhecem que o equilíbrio económico-social da vasta região do Tramagal depende, em muito, da laboração, da sindicato.

Motoristas unidos impedem despedimentos

Tentando impedir que o desemprego, que atinge actualmente mais de catorze mil trabalhadores, alastre na classe, na qual se verificaram já 450 despedimentos sem justa causa, o Sindicato dos Motoristas tem lutado, com êxito, contra os despedimentos. Desse modo, registaram dois casos pela forma original de se revestiram e pela eficácia da acção desenvolvida. Trata-se de dois motoristas, um empregado na empresa Táxis Bom Guaia, Lda, e outro de uma empresa de táxis de S. Pedro do Estoril. O primeiro foi despedido na 6.ª feira, em virtude do não ter tido um acidente, no qual ficaram danificados o táxi que conduzia e dois carros particulares. Alertado, o sindicato entrou em contacto com a entidade patronal, procurando estabelecer uma plataforma de entendimento com base na aceitação da readmissão do colega despedido ou a manter-se o despedimento, o pagamento de indemnizações a que o trabalhador tinha direito. Paralelamente a este contacto, um grupo de motoristas apoderou-se de dois veículos da empresa, como forma de pressão no sentido de solucionar uma situação declaradamente injusta. Após demoradas conversações entre a entidade patronal e o sindicato, o trabalhador foi readmitido, comprometendo-se a pagar os estragos ocasionados nos veículos particulares, ficando a reparação da viação da empresa a cargo da entidade patronal.

A entidade patronal financiará, de momento, o custo das reparações nos veículos particulares descontando este custo no salário do trabalhador em moldes que não provocem o desequilíbrio seu orçamento familiar. E de salientar o acordo satisfatório alcançado através das negociações, após as quais as duas viaturas foram devolvidas à empresa.

Por outro lado, é necessário esclarecer mais uma vez que não pode ser o Governo a arcar com as más administrações das empresas, com as golpadas de ordem económica dos fascistas. Evidentemente que muitos menos podem ser os trabalhadores sofrem o efeito destas sabotagens económicas. Outras vias há e têm-las apontado com insistência: correspondem a uma efectiva estratégia anti-monopólio definida como princípio do Programa do MFA. Esperamos que a acção desencadeada contra os sabotadores da Torralta, do BIP e outros, na passada semana, inicie, de facto, o reforço desta estratégia essencial à defesa dos interesses do Povo Português.

Uma reconversão urgente e necessária

A situação da empresa é efectivamente, alarmante. A comissão de inquérito, nomeada pelo Governo, não deixará de revelar aspectos interessantes. Quem e por quem conduziu a empresa a este estado? O porquê é evidente. Os trabalhadores saíram, desvios de dinheiro que vêm de longe, remunerações de 100 contos (é o orçamento líquido do eng. Martins Simões) e de 37 contos e quinhentos para os restantes corpos administrativos. A diferenciação salarial entre

pessoal de quadros e operários é escandalosa: 98 eletricistas do pessoal de eletricistas recebem, mensalmente, 2 109 500\$00, tanto quanto 504 operários, não incluindo nestes as categorias menos qualificadas. Esta a política salarial comum no sistema capitalista, ainda mais acentuada quando a este serve de suporte político o fascismo.

A MDF, que até 1962 produzia equipamento para a agricultura, com as guerras coloniais, reconverteu, e em grande parte, a sua produção para material de guerra, com a montagem de camiões para o Exército. A custa de uma guerra de opressão se enriqueceram administradores e outros oportunistas. Com o fim da guerra, impõe-se uma rápida reconversão no sentido de se voltar à produção de tractores-debulhadoras, ceifeiras e outro material de maquinaria agrícola de que o País necessita, e que, porfarto, pode ser absorvido pelo mercado interno. Só para exemplificarmos as perspectivas de mercado relativamente a este tipo de produção, recordemos que o número de tractores no País demonstra o subdesenvolvimento da nossa agricultura: os tractores situam-se, nomeadamente, no Sul e na região de Lisboa; no entanto, mesmo Évora, que possui o número mais elevado de tractores, tem apenas cerca de 155 tractores por 1000 explorações; no Norte e Centro esta proporção é ainda mais baixa, atingindo um tractor por 1000 explorações no distrito de Viseu.

Impõem-se soluções rápidas e permanentes

A produção ao serviço da guerra beneficiou o fascismo e os capitalistas. Em 1970, a MDF contava-se entre as seis sociedades de construção de máquinas a que correspondiam 42 por cento do capital, 48 por cento das receitas e 37 por cento do pessoal deste ramo, no qual existiam 335 sociedades. Entre as ligações desta empresa da indústria metalomecânica encontravam-se a Hidroeléctrica do Alentejo (com um capital social de 484 000 contos) e a Berlitz (França) (Citroën).

Destas «prosperidade» à custa da guerra, o que resta? Um passivo de 800 mil contos que a administração tenta colmatar recorrendo a um empréstimo de 150 mil contos, com o qual os trabalhadores não concordam pois apenas beneficiam a própria administração. Esta tentou ainda fazer descontar 124 mil contos de letras em carteira para a banca privada que sempre a apoiou durante o fascismo, mas que agora recusa créditos, atingindo, com esta política, pequenos e médios empresários ou impedindo a resolução de situações afiliadas para os trabalhadores. Quanto à reconversão, a actual administração nada adianta relativamente aos interesses dos trabalhadores e do País. Note-se que, a não ser tomarem medidas rápidas, se corre o risco de paralisar a laboração. Isto porque os fornecedores deixaram de colocar a matéria-prima a crédito, exigindo a amortização dos débitos em aberto. Encontram-se, também, encomendas por levantar na Alfândega, devido a falta de verba ou a negligência.

Como se chegou a esta situação económica que os trabalhadores sofrem é o que a comissão de inquérito vem averiguar. Os resultados desse inquérito não podem tardar, sob perigo de não se poder conter a impaciência que os sindicatos tomem posições de carácter político, sempre que os seus interesses de

A QUESTÃO DO VINHO AMERICANO

PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES DA REGIÃO DE VIEIRA DO MINHO ENVIAM EXPOSIÇÃO AO GOVERNO

No dia 14 (data da inauguração do Centro de Trabalho local do nosso Partido), realizou-se uma sessão de esclarecimento, a que compareceu grande número de pequenos e médios agricultores de todo o concelho.

Depois de se ter abordado o problema da situação política actual, nomeadamente no que se refere à situação económica de luta contra os monopólios, foi apresentada a posição do nosso Partido em relação à questão agrária. A propósito, houve referências concretas aos interesses dos pequenos e médios agricultores da região de Vieira do Minho, nomeadamente na luta contra os grandes industriais exemplificadas com o roubo de grandes baldios para a indústria de celulose.

O corte das videiras americanas por parte do regime fascista, porque havia interesses de grandes produtores ribatejanos e armazémistas a defender, foi ainda ponto de discussão e análise por parte dos presentes. Assim, e depois da assistência ter levantado grande número de questões, foi aprovado um documento que traduz uma tomada de posição colectiva e consciente em torno de um problema que já tem sido ralado para grandes lutas — que custaram mesmo algumas vidas — em todo o País.

É o seguinte o documento aprovado por aclamação e enviado aos secretários de Estado da Agricultura, primeiro-ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, ministro sem pasto Álvaro Cunhal, Comissão Coordenadora do MFA e Secretaria de Estado de Abastecimentos e Preços:

Pequenos e médios agricultores do concelho de Vieira do Minho, reunidos em 14 de Dezembro na Casa do Povo de Vieira do Minho, vêm juntamente de V. Ex.º expor o seguinte:

— É a venda do vinho am-

ericano uma ajuda nos nossos fracos rendimentos dada a miserável situação a que a política agrícola do fascismo nos conduziu.

— Essas zonas seriam delimitadas por técnicos dessa Secretaria de Estado e por representantes dos agricultores no concelho.

— Que em defesa das casas regionais de vinho verde, a reconversão dos produtos directos existentes nas outras zonas, feita dentro de um plano oficial, de tal forma que os pequenos produtores não sejam prejudicados. Para fazer essa reconversão é necessário estabelecer, desde já, medidas que garantam o preço e o escoamento do vinho verde.

— Que, enquanto a reconversão não for feita, seja permitida a comercialização desse vinho aos pequenos e médios produtores.

— Que ainda aprovado enviar ao governador civil de Braga a seguinte tomada de posição:

— A população de Vieira do Minho, reunida em 14 de Dezembro de 1974 na Casa do Povo de Vieira do Minho, exige que sejam tomadas as seguintes medidas:

— Seja feito um inquérito à distribuição de subsídios e bolsas de estudo aos estudantes desta terra.

— Seja resolvido o problema da assistência médica à população desta terra pela nomeação de um médico, em serviço permanente na Casa do Povo e hospital desta vila.

TRABALHADORES DA SOCORTEX DISCUTEM PROBLEMAS

Coir a presença de 90 trabalhadores corteiros da Socortex e 2 membros do

Sindicato daquela indústria, realizou-se, no final de Novembro, uma reunião, na qual se abordaram problemas relativos à empresa. Como primeiro ponto, os trabalhadores discutiram a crise de trabalho na empresa que os levou a aceitar a redução da semana de trabalho, para 5 dias a fim de impedir o despedimento de 24 operários.

Como segundo ponto da ordem de trabalhos foi informado das diligências efectuadas pelos trabalhadores quanto à readmissão do camareiro de trabalho Júlio Bruiel Russo que, fugindo à PIDE se refugiou em França, tendo regressado após o 25 de Abril. A entidade patronal aceita esta reivindicação dos trabalhadores se estes concordarem com a reintegração do encarregado José da Silva, sancionado pelos operários. Estes repudiaram com firmeza a proposta continuando a luta até à readmissão deste camareiro.

Foram ainda abordadas questões da vida sindical e das categorias dos operários, decidindo-se a revisão de salários, subsídios de Natal de 15 dias, subsídio de férias de 24 dias a 100 por cento.

No final, a comissão de trabalhadores apelou para a unidade da classe e para a vigilância dos trabalhadores perante as manobras do patronato e da reacção fascista.

OS ESTIVADORES DO PORTO EXIGEM TRABALHO E JUSTIÇA

A divisão foi feita para reinar. E pelos fascistas. Exemplificando, nos portos do Douro e de Leixões, a situação em que se encontram os estivadores auxiliares, vítimas de uma lei fascista que os relegou à condição de trabalhadores eventuais, sujeitos a uma sorte de manobras, vidas em conluio com os Grémios, que praticavam todo o gênero de anomalias. Para

classe sejam postos em causa. Depois de referir que é indispensável a organização sindicais verticais, isto é, por ramos de actividade económica, a declaração do conselho regional, cujos principais foram aprovados para ter em conta na elaboração da lei das associações sindicais e na evolução institucional da ordem dos engenheiros, sublinha que a lei deve sancionar a vontade de reacção sindical de dirigentes e delegados e considerar demagogias e oportunistas as posições de organizações que possuem que defendem a divisão da classe trabalhadora.

A moção aprovada por aqueles trabalhadores refere ainda que a lei das associações sindicais devem também constar normas que defendam eficazmente a ação sindical de dirigentes e delegados e considerar demagogias e oportunistas as posições de organizações que possuem que defendem a divisão da classe trabalhadora.

Também um grupo de trabalhadores metalúrgicos de Santarém, Tramagal e Torres

tução dos estivadores auxiliares durante largos anos. Depois de uma longa luta que o governo fascista sempre reprimiu — em 11 de Abril, quando os estivadores pediam justiça junto do INTP, onde já tinham estado a 11, 16, 23 e 28 de Janeiro, 11 de Fevereiro e 3 de Abril, Ihes enviada a polícia de choque! — e a que o 25 de Abril abriu novas perspectivas, os estivadores auxiliares do Porto de Leixões esperam ver resolvida a sua situação.

Após o 25 de Abril os estivadores auxiliares dirigiram-se ao Ministério do Trabalho que prometeu encarregar uma comissão de estudar o caso. Agora esperam ver resolvida a situação da única forma possível e justa: abolição das duas escalas.

Reunidos para estudarem a continuação da sua luta, agora na última fase, estes homens preocupam-se com a possível reacção dos seus companheiros de trabalho, os estivadores efectivos, para cuja compreensão resolvem apelar. «Avante!» faz-se eco deste apelo, lembrando que após a unificação das escalas a classe dos estivadores, agora dividida por privilégios e injustiças, ficará mais unida e mais forte para conseguir novas vitórias.

O «AVANTE!» COM OS EMIGRANTES



Emigrantes vendendo o «Avante!» nas ruas de Paris

CONT. DA PÁG. 1
quem contactámos, reservando para os nossos próximos números outros aspectos da reportagem do «Avante!».

O saneamento nos consulados — problema número um

O saneamento nos consulados, em França, não está ainda feito, praticamente — comecou-nos por dizer por exemplo, o nosso camarada

sem as tendências das associações presentes, e estavam presentes dezenas de associações de portugueses — desde comunistas, socialistas, gente sem ligação partidária, etc. — todos pediram aos representantes do MFA que transmísse em Lisboa esta exigência.

Por vezes, tem sido respondido aos emigrados que não existem provas de que determinados indivíduos dos con-

selhos fossem da PIDE. Ora, a emigração portuguesa não exige que sejam retirados das suas funções apenas os homens que foram da PIDE, a emigração portuguesa conhece um comportamento geral dos funcionários dos consulados, nem recolhidas centenas de assinaturas para uma exposição pedindo a sua expulsão daquele consulado, o PCP sentiu-se no direito de aceitando esse mesmo princípio, informar a população portuguesa de Versailles de que tal não significava de maneira nenhuma qualquer colaboração entre o PCP e o consulado fascista.

Conversando com os trabalhadores portugueses que estavam na Bélgica e na Alemanha não foi difícil constatar idêntica situação nos respectivos consulados, nem chegar à conclusão de que o rápido saneamento do corpo consular é, neste momento, a exigência número um dos portugueses emigrados. Nisso vêm eles a garantia da continuação, com êxito, do processo democrático que se desenvolve em Portugal.

Continuar a enviar dinheiro? E para onde?

Esta a pergunta que neste momento continua a fazer grande parte da emigração portuguesa, face aos boatos lançados pela reacção nos diversos países, no sentido de impedir que os dinheiros, que até ao 25 de Abril lhes alimentaram a ganância, possam agora ser encaminhados pelo Governo Provisional para o desenvolvimento da economia.

Tudo o que se tem dito em relação à origem dos boatos para que não se envie o dinheiro é absolutamente válido — disseram-nos, por exemplo, os trabalhadores portugueses da Renault, em Billancourt. Simplesmente, temos esquecido de um problema: o papel dos grandes capitalistas de outros países nesse mesmo sentido. Temos provas, aqui em França —, disseram-nos eles — de que bancos franceses dízem aos portugueses para não mandarem o dinheiro para Portugal e para o guardarem nos bancos franceses, permitindo-lhes, assim, a eles, um desenvolvimento que devia ser dado ao nosso país. E, agora, começam também a jogar com o problema do câmbio. Se tivermos dinheiro nos bancos franceses e precisarmos de escudos, por exemplo, os franceses são valorizados. Se, nós, portugueses não tivermos dinheiro em bancos franceses e precisarmos de escudos, vendemos franceses e temos uma quantidade menor do que se tivéssemos o nosso dinheiro nos bancos franceses. Isto é um facto concreto e é uma medida concreta dos grandes capitalistas franceses. O mesmo se passa noutras países,

ser tomado em conta a Caixa Geral de Depósitos no estrangeiro — é pequena, com mais instalações e sem os serviços de que dispõem os bancos para recolher o dinheiro aos bairros mais afastados das cidades, o que obriga os trabalhadores a terem de se deslocar, a perder horas de trabalho, etc. Esta situação devia ser tomada em conta no sentido de melhorar o funcionamento da Caixa Geral de Depósitos, a qual os trabalhadores emigrados estão a acorrer cada vez com mais frequência e com confiança.

Melhoria da situação social dos emigrados, revisão urgente dos acordos sobre a emigração

Duas reivindicações que não é possível separar uma da outra, duas reivindicações levantadas por toda a parte onde o «Avante!» esteve a falar com os trabalhadores portugueses — em França, na Bélgica, na Alemanha. Duas reivindicações que aparecem entre as fundamentais da emigração portuguesa, e que foram colocadas com força no Encontro Nacional da Emigração, que se realizou o Ve-

nto de 1974.

Na maior parte dos casos — e o de Tours é um deles, segundo a conversa que tivemos com trabalhadores portugueses que vivem — as coisas passaram-se assim: os consulados mandaram por anúncio nos jornais, convocando as pessoas para uma reunião. Se aparecessem só três — essas constituiriam a comissão de recenseamento. Se aparecessem vinte, por exemplo, então tiravam-se três a sorte!

Tirar à sorte! Saber que o primeiro acto democrático da vida nacional, que é a inscrição nas listas eleitorais, vai ser com uma tiragem a sorte no meio de indivíduos que vão aparecer nos consulados e que ninguém sabe quem são.

Em Paris e em Nogent-sur-Marne — relatam-nos os trabalhadores — foi possível uma positiva cooperação com os consulados. Foram eles que acordaram com a lei, nomearam a comissão, mas na base de consultas aos partidos políticos.

Em Versailles, foi seguido

o fim de impedir que o nosso dinheiro seja enviado para Portugal. Na mira de ganhamos uns escudos mais há trabalhadores portugueses que caem na esparrelha. Este é um

daqueles injustiças que mais agravam neste momento os trabalhadores portugueses emigrados. Daí a razão por que os trabalhadores consideram justa a sua reivindicação de

aplicação dos acordos que estão em vigor enquanto não forem negociados e assinados os outros mais justos entre os governos português e francês.

Outro dos graves problemas dos trabalhadores emigrados é o da segurança social. Este ano, por exemplo, foram numerosos trabalhadores portugueses que saíram para o Tercer Mundo passar as férias, mas que o habitual, para verem o seu país libertado do fascismo.

Diz a lei que um trabalhador,

ao partir para o seu país,

deve ser munido de um papel

que lhe é dado no centro de

segurança social, e no qual

devem ser inscritas todas as

despesas que fizer em questiões

de assistência médica em Portugal: consultas médicas, receitas, tratamentos, etc.

Todos os portugueses que se

dirigiram aos centros de se-

gurança social franceses não

receberam esse papel, sendo

lhes respondido que essa par-

te da lei não estava em apli-

ciação. Isto quer dizer que

houve centenas e centenas de

trabalhadores emigrados com as

para despedir os emigrantes desses países africanos, que poderão agora trabalhar nos respectivos países ganhando, evidentemente, menos de metade daquilo que estão a ganhar cá porque a mão-de-

obra é paga nesses países a

preços inferiores. Quer isto dizer que o capitalismo fran-

cês está a procurar aumentar

a exploração dos trabalhadores

do chamado Tercer

Mundo nos seus próprios

países. Isto traz-lhes a vantagem de um preço mais baixo

para a mão-de-obra assim

como a vantagem de não te-

rem problemas de alojamento

de famílias dos emigrados, problemas de escolas enfim,

todos os problemas que se

colocam quando os trabalhadores

estão aqui e exigem os

mesmos direitos que os tra-

balhadores franceses. Trata-

se de uma medida geral do

patronato francês que é pre-

ciso denunciar e levar em conta.

Grandes discriminações

acabam de atingir os tra-

balhadores emigrados com as

grados na Bélgica e, na Alemanha, com a Associação Portuguesa em Hamburgo.

Voltando ao caso da França e segundo a opinião dos trabalhadores portugueses, a existência de tanta associação tinha um certo significado de vida colectiva quando em Portugal se vivia em fascismo. Passando Portugal a um regime democrático, dizem os trabalhadores — esta dispersão, este número reduzido de pessoas à volta de pequenos clubes deixa de ter o mesmo interesse. Até porque não faz sentido que no momento em que os portugueses se devem unir todos em torno do Governo Provisional e do MFA para construir um país novo, nos estejamos todos por aqui dispersos. Devíamos, sim, dar passos e receber ajuda para nos associarmos todos, tendo em conta os manejos da reacção. Sabe-se que os dirigentes de bancos, que têm sucursais em França, se reuniram com o fim de criar uma associação de trabalhadores portugueses em França. Essa asso-

cia despediu os emigrantes, em Paris, algumas medidas apareceram urgentes na aplicação: o problema dos abonos de família. Em relação a isso, dizem os acordos em vigor, que os trabalhadores portugueses, que têm filhos em Portugal, receberão abonos iguais aos dos trabalhadores portugueses, em Portugal. Isto não passa de uma manobra dos capitalistas baseada numa possivel «igualdade». Segundo os acordos, se houver portugueses a trabalhar em França, os seus filhos receberão lá, como os filhos dos franceses cá e, os filhos dos portugueses lá, receberão como os

da mesma forma. Da conversa com os trabalhadores, em Paris, algumas medidas apareceram urgentes na aplicação: o problema dos abonos de família. Em relação a isso, dizem os acordos em vigor, que os trabalhadores portugueses, que têm filhos em Portugal, receberão abonos iguais aos dos trabalhadores portugueses, em Portugal. Isto não passa de uma manobra dos capitalistas baseada numa possivel «igualdade». Segundo os acordos, se houver portugueses a trabalhar em França, os seus filhos receberão lá, como os filhos dos franceses cá e, os filhos dos portugueses lá, receberão como os

da mesma forma. Vamos a Portugal pelo Natal. Tivemos encontrar o PORTUGAL NOVO saído do 25 de Abril. Um Portugal que, apesar de grandes dificuldades, está empenhado na construção de um País democrático e livre, na construção de uma Pátria para todos os portugueses. Vocês podem e devem informar-se da situação actual, da política do Partido Comunista Português e do que ele faz pelos trabalhadores e pelo progresso do País.

Visitam os Centros de Trabalho do Partido Comunista Português nas nossas terras.

Participam nos círculos e sessões de esclarecimento organizadas pelo Partido. Isto ajudar-vos-á a compreender o que se passa. Informarem-se é não só um dever como também uma necessidade e um direito para quem como todos os portugueses aspira a uma vida digna.

Todos aqueles que agora vão a Portugal têm a oportunidade de sentirem mais de perto o presente e o futuro — O SEU, DOS SEUS FILHOS E DA SUA PÁTRIA — isto é, de PORTUGAL DEMOCRÁTICO.

Boa Viagem! Boas Festas! Bom Ano!

Suplemento de «O IMIGRADO PORTUGUÊS»

84, R. du Moulin-Vert — Paris 14

tante), que adoecem no País, que falam ao médico, gastaram dinheiro em medicamentos e que dão ao apresentarem a conta em França não receberam da segurança social já um toméstico! Para lhes pagar é preciso estar de acordo com a lei, mas para estar de acordo com a lei é preciso levar o passado pelo regresso dos homens que o 25 de Abril apeou do Poder. Temos de ter em conta a necessidade de fazer frente à reacção que procura organizar-se no estrangeiro, através do Movimento dos Emigrados Portugueses, na Alemanha, através da Associação dos Trabalhadores Portugueses, em França.

Começa-se, entretanto, a discutir entre os portugueses as possibilidades da Associação dos Originares de Portugal, que é a mais numerosa e mais forte da França, aglutinando à volta os milhares de trabalhadores portugueses, de modo que eles possam opor a sua unidade às investidas da reacção. Discute-se, ao mesmo tempo, a necessidade de auxílio de que

medidas de limitação da emigração, medidas que dizem

que os bancos não regataram, até

porque esperam que os re-

sultados os façam ganhar não

só esses milhares, mas mais

ainda, ou seja, os façam ga-

nar à emigração para votar

massivamente pelo retorno

ao passado e pelo regresso

dos homens que o 25 de Abril

apeou do Poder. Temos de

ter em conta a necessidade

de fazer frente à reacção que

procura organizar-se no es-

trangeiro, através do Mo-

vemento dos Emigrados Portu-

geses, na Alemanha, através

da Associação dos Trabalhadores

Portugueses, em França.

Na batalla pela liquidação da ruinosa herança

deixada pelo fascismo, pelo progresso económico e

social do País — os trabalhadores portugueses, dentro

ou fora de Portugal têm interesses comuns. Por isso

devem dar-se firmemente as mãos e lutar unidos pelos

mesmos objectivos.

(Comício dos emigrantes portugueses,

11/8/74 — Sérgio Vilarigues)

sós para não terem de se preocupar com o alojamento das famílias, a educação dos filhos dos trabalhadores emigrados etc. Todos estes problemas, estes dias, são uma dura realidade em numerosas famílias portuguesas que estão a passar umas curtas férias de Natal no país.

A Associação dos Emigrados — um passo para a unidade

Problema muito importante para a emigração é o problema da associação dos portugueses no estrangeiro. A criação, em cada país, das mais variadas associações o espírito que ditou a sua formação — só disso a prova.

Com a nova situação criada em Portugal, com o 25 de Abril, novas perspectivas se abrem, porém, à associação dos emigrados portugueses, associação que tem de passar a ser vista por outro prisma.

Neste momento, entre a emigração, há grande preocupação com o aumento do desemprego e a tendência dos patrões para porem primeiro na rua os emigrantes. Mas isto, na opinião dos trabalhadores portugueses com quem falámos na Renault, não corresponde tanto a uma crise aqui, em França, como corresponde a novas medidas do patronato francês.

Por exemplo, à fábrica Citec despediu quase dois mil operários. O Governo, imediatamente, entrou com dinheiro para ajudar o patrão dessa fábrica. Esse dinheiro, está agora a ser utilizado para uma ponte aérea de transporte de peças de automóvel para fabricar automóveis em países africanos que não necessitam deles. Simplesmente, o patronato vai estar à vontade, em França,

na África, para desen-